

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNESP**

MARCELA GABRIELA DE ANDRADE
THOMÁS ANDRÉ VENDRAME RODRIGUES

**UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE DE FRANCA EM TEMPOS DE
PANDEMIA:
UM ATO DE RESISTÊNCIA**

FRANCA
2022

MARCELA GABRIELA DE ANDRADE
THOMÁS ANDRÉ VENDRAME RODRIGUES

**UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE DE FRANCA EM TEMPOS DE
PANDEMIA:
UM ATO DE RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Campus de Franca, como requisito para aprovação no curso de bacharelado em Serviço Social

Orientador (a): Profa. Dra.Nanci Soares

FRANCA

2022

Andrade, Marcela Gabriela de.

Universidade Aberta à Terceira Idade de Franca em tempos de pandemia: um ato de resistência / Marcela Gabriela de Andrade e Thomás André Vendrame Rodrigues. – Franca: [s.n.], 2022.

95 f.

Trabalho de conclusão (bacharelado – Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Nanci Soares

1. Serviço social. 2. Envelhecimento. 3. Extensão Universitária. 4. Pandemia. 5. Política social. I. Título. II. Rodrigues, Thomás André Vendrame.

CDD – 360

ANDRADE, Marcela Gabriela; RODRIGUES, Thomás André Vendrame. **UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE DE FRANCA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ATO DE RESISTÊNCIA.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado – Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.

RESUMO

Este estudo tem como premissa básica analisar as práticas propostas pela Universidade Aberta à Terceira Idade, campus de Franca – São Paulo, durante a pandemia ocasionada pelo vírus COVID-19. Para isto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, a fim de refletir sobre o processo histórico do envelhecimento humano e das políticas públicas e sociais, voltadas a população idosa, numa perspectiva crítica. Demonstrando o quanto acentuou a condição da vulnerabilidade do idoso e da idosa em tempos pandêmicos, e como a resposta de urgência da UNATI, contribuiu para o não isolamento dos (as) mesmos (as), ao realizar suas atividades de maneira remota. Mesmo sabendo da contradição que perpetua os debates da profissão e da formação em Serviço Social, este estudo recorreu ao materialismo histórico-dialético e a análise de conteúdo, para evidenciar como a atual conjuntura enxerga seus idosos e idosas e de como uma extensão universitária manteve-se atuante em tempos tão difíceis.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Extensão Universitária; Pandemia; Políticas Sociais

ANDRADE, Marcela Gabriela; RODRIGUES, Thomás André Vendrame. **UNIVERSITY OPEN TO THE THIRD AGE OF FRANCA IN TIMES OF PANDEMICS: AN ACT OF RESISTANCE.** Course completion work (Bachelor's degree - Social Work) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.

ABSTRACT

This study has its basic premise the analysis of the practices proposed by the Open University for the Elderly, campus of Franca – São Paulo, during a pandemic caused by the COVID-19 virus. For this, bibliographic and documentary research was used, in order to reflect on the historical process of human aging and public and social policies, aimed at the elderly population, in a critical perspective. Demonstrating how much the vulnerability of the elderly and elderly people in pandemic times was accentuated, and how UNATI's urgent response contributed to their non-isolation when performing their activities remotely. Even knowing the contradiction that perpetuates the discussions about the profession and training in Social Work, this study resorted to historical-dialectical materialism and content analysis, to show how the current situation sees its elderly and elderly and how a university extension maintained himself acting in such difficult times.

KEYWORDS: Aging; University Extension; Pandemic; Social Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	7
CAPITULO 1 – ENVELHECIMENTO HUMANO E DIREITOS SOCIAIS	10
1.1 ENVELHECIMENTO HUMANO NUMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE	10
1.2. AS LUTAS E AS CONQUISTAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO IDOSA: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO	17
CAPITULO 2 – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AVANÇOS E RETROCESSOS	28
2.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POPULAÇÃO IDOSA ...	40
CAPÍTULO 3 – CONHECENDO A UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE – UNATI/UNESP – CAMPUS DE FRANCA	48
3.1. UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE: AVANÇOS E RETROCESSOS	48
3.1.1 UNATI/UNESP/FRANCA: UNIVERSO DA PESQUISA.....	56
3.2. – MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO, ENVELHECIMENTO E QUESTÃO SOCIAL.....	59
PERCURSO METODOLÓGICO	68
MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA	71
CATEGORIA 1 - ENVELHECIMENTO E VELHICE NUMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE:	72
CATEGORIA 2 - MATERIALIZAÇÃO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICIPIO DE FRANCA:.....	75
CATEGORIA 3 - UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE, CAMPUS DE FRANCA; AVANÇOS E DESAFIOS NA PANDEMIA OCACIONADA PELA COVID-19.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	84
REFERÊNCIAS:	86

INTRODUÇÃO:

O interesse por esse tema surgiu quando a equipe da Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP - campus de Franca – São Paulo), examinou as possibilidades das atividades elaboradas pelo próprio programa de extensão universitária, continuar de forma remota, por conta da ameaça ocasionada pela nova mutação do Coronavírus, nomeada pelos (as) cientistas como: COVID-19. Neste sentido os autores deste trabalho se propuseram mostrar, de forma ordenada (separada por capítulos), pontos centrais acerca da condição do idoso e a idosa no mundo, no Brasil e na atual conjuntura brasileira, até chegar no funcionamento da UNATI durante a pandemia.

Este estudo torna-se necessário, uma vez que, ao ser iniciado pouco se sabia sobre o novo vírus que se apresentava, e quais seriam as consequências deste para a sociedade, principalmente para a parcela envelhecida que a compõe. Reinach (2020) afirma que o vírus COVID-19 e as medidas de combate ao mesmo, surgiram Wuhan - China, contudo, quando o mesmo chega ao Brasil, não há, de acordo com o autor, preparo o suficiente para os requisitos propostos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e de suas medidas preventivas de contenção ao vírus. Por conta de o país atualmente estar sendo administrado por um presidente que adota em seu cotidiano um discurso banalizador acerca das consequências do vírus, associando-o massivamente à uma simples gripe, e sustentando que as medidas de proteção contra o mesmo não serviriam de nada, negligenciando assim a saúde de muitos, em prol de seus interesses pessoais e do livre funcionamento do mercado, da mesma forma que ocorrera nos Estados Unidos.

Por outro lado, temos o sofrimento ocasionado pela própria condição do isolamento social, no qual segundo Reinach (2020), afetou não somente a saúde dos cidadãos e cidadãs, mas também as relações sociais, a integridade psíquica, biológica e econômica, para o autor, os que mais sofreram com esse fenômeno foram os (as) idosos (as), pois, o vírus ganha força nas comorbidades biológicas do ser humano, sendo essas mais recorrentes na fase da velhice. Já, Teixeira (2020) afirma que, o idoso e a idosa (principalmente aqueles oriundos da classe trabalhadora) habitualmente são afastados de sua vida social, pois, esta ocorre em uma determinada estrutura social-econômica, na qual influencia diretamente as relações

sociais. Ou seja, o neoliberalismo, afasta os demais de suas relações sociais, por estas serem pautadas no cotidiano trabalhista e na apropriação da força de trabalho, e como a população idosa é considerada não apta, para a sustentação deste modelo econômico, lhes restam a exclusão e a vulnerabilidade social, sobrevivendo aos mínimos sociais propostos muitas das vezes por instituições filantrópicas.

Juntando esse cenário, em que o idoso e a idosa já se encontrava antes da pandemia, com o que eles (as) presenciam atualmente, temos o acentuamento destas demandas, junto da vulnerabilidade física, econômica e psicológica impostas pelo próprio fenômeno pandêmico. E ao compreender esses reflexos nocivos à população idosa, os (as) profissionais que compõem a UNATI, optaram por agir de imediato, usando a via remota como ferramenta mantenedora de vínculos que, outrora, foram nutridos pelo cotidiano e pelo movimento das relações sociais. Contudo, algumas contradições permeiam do debate do curso de Serviço Social, uma delas, de acordo com Teixeira (2021) são as poucas pesquisas acerca do envelhecimento da classe trabalhadora, e mais restritas ainda se torna aquelas que se conectaram ao debate sobre: gênero, cor/raça e orientação social. Já a outra apresenta-se na oposição que o curso faz às atividades realizadas pela via virtual-remota, deve-se lembrar que os autores deste trabalho dão total apoio a essa crítica, já que é notória tendência técnico-modernizadora, que ameaça tanto o curso de Serviço Social, quanto as próprias relações sociais, na tentativa constante de fragmenta-los, agindo cada vez mais dentro de uma ótica reducionista neoliberal.

Porém, diante do surgimento de uma pandemia e das suas consequências, alguns paradigmas foram suavizados (apenas por um breve período) em prol dos direitos humanos, e da manutenção da relação entre extensão universitária e público idoso atendido. E para fomentar como ocorreu estas atividades os autores se dedicaram a uma longa carga-horária de leitura para poder realizar tal trabalho, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental como um percurso metodológico para obter análises e desenvolvimento do que é tido como nosso objeto de pesquisa, já que com a pesquisa bibliográfica podemos chegar ao objetivo do nosso trabalho de forma científica, através do que chamamos de fontes primárias que advém de várias formas; seja por dados oficiais e estudos, além de outras plataformas de textos, teses e análises em torno de todos os tópicos que citamos e abordamos nesse processo para estabelecer e chegar no resultado final, sempre visando a criticidade de todo

conteúdo. A pesquisa bibliográfica, resumidamente se torna um caminho e um guia para traçar e evidenciar o que se pesquisa nesse trabalho, já que, como um do maior contraponto desta monografia, a pandemia do Covid-19 e toda a realidade que se embarga em torno dele, impossibilitou outras formas de pesquisa, como a pesquisa de campo, por exemplo; deste modo, também somando na escolha da pesquisa bibliográfica documental pela qual fizemos.

Enquanto método, recorreu-se ao materialismo histórico dialético que continua alavancando ainda mais o sentido de criticidade e desalienação desse estudo, já que essa metodologia de Marx esta fundada em analisar a sociedade perante as classes sociais, seguindo os ideias de estudo e trabalho em torno do Serviço Social, e que esse trabalho por sua vez recorta diante dessa metodologia o que se trata o objetivo de pesquisa, colocando mais uma vez em evidencia e debatendo a realidade e vulnerabilidade que é prontamente posta a população envelhecida em torno do sistema capitalista neoliberal, sendo o causador e amplificador das necessidades que advém além da realidade biológica desses indivíduos e como também, cada divisão social (por classe, gênero, etnia, entre outros) traz o que é dito como materialidade da análise e o que se reflete na vida dessa população dentro disso de forma a realmente compreender e analisar a totalidade da realidade social.

A análise de conteúdo vem em seguida então como mais um evidenciador da cientificidade desse trabalho que se junta a todas as outras metodologias, onde através dela colocamos mais uma vez em vislumbre todo o percurso que tivemos durante todo trabalho, com aprofundamento e análises de cada capítulo, trazendo suas características e pontos principais a contrapartida de revelar também quais quer que sejam suas contradições e reflexões em torno de toda a pesquisa, de modo a ser literalmente uma análise que pontua as ideias essências de todo o trabalho e de todo trajeto para compreensão até seu final. Neste sentido, essa pesquisa o torna-se um recurso e uma ferramenta para as ciências humanas e sociais, pois, fornece subsídios para os (as) leitores (as) e para os (as) pesquisadores (as) que se interessarem pelo tema, contribuindo assim para o fazer científico da gerontologia social crítica e na própria formação em Serviço Social. Desse modo, toda a pesquisa foi pensada de forma harmoniosa, ao ponto que cada tópico e cada capítulo se complementa seguindo suas metodologias e sendo fiel ao objetivo de expor de forma clara as ações e contradições que existem em torno do tema da pesquisa.

CAPITULO 1 – ENVELHECIMENTO HUMANO E DIREITOS SOCIAIS

Neste capítulo, procurando mapear nosso objetivo geral “analisar o programa da UNATI-Campus de Franca, na pandemia do COVID-19, se propiciou a integração entre aos unatianos, por via virtual, numa perspectiva emancipatória”. Para tal, vamos compreender o envelhecimento humano numa perspectiva de totalidade, a partir do método materialismo histórico dialético, portanto, compatível com o projeto ético-político da profissão, hegemônico na categoria, procurando entender a condição da velha e do velho na atualidade é necessária uma revisão histórica, a fim de entender as influências originárias que determinaram a atual situação da população envelhecida na sociedade capitalista brasileira. Também vamos refletir sobre as lutas e as conquistas sociais da população idosa, contextualizando historicamente a proteção social deste segmento etário.

1.1 ENVELHECIMENTO HUMANO NUMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE

A diferença em estudar o tema envelhecimento em Serviço Social das demais áreas do conhecimento, é que nesta, os estudiosos se apropriam de dados objetivos e materiais presentes na trajetória da condição humana, a fim de fundamentar suas percepções e conceitos. Com isso, acredita-se que, ao iniciar um estudo acerca do envelhecer humano dentro de uma perspectiva histórica, leva o pesquisador a expor sua observação, a partir de diversos fatores que constituem esse humano envelhecido e sua vida cotidiana, pois, ao optar por uma linha meramente subjetivista, o pesquisador não aniquilaria somente os fatores externos, mas também a atual conjuntura. Por falar em envelhecimento em tempos atuais, Araújo e Lucena (2005) confirmam que, na literatura científica há inúmeras terminologias para fazer referência a homens e mulheres envelhecidos, contudo, por mais que essas nomenclaturas tentem pincelar ou romantizar essa fase da vida, as autoras concordam que, não se deve temer, nem negar a palavra velhice, já que a mesma é somente uma fase do desenvolvimento humano, tão importante quanto as demais, tendo a ciência e seus fomentadores como obrigação, dedicarem-se integralmente na criação, na operacionalização e na manutenção das ações sociais e políticas públicas, juntamente com a constante cobrança de atenção da via estatal.

Netto e Carvalho (1996) pontuam que na contemporaneidade a história é formulada a partir da rotina diária dos indivíduos, contudo, é viável deixar nítido que o cotidiano do idoso e da idosa na atual conjuntura brasileira é pautada por uma lógica consumista, tendo como base econômica e ideológica um sistema neoliberal, regido por um Estado centralizador. Mas para entender a condição da velha e do velho na atualidade é necessária uma revisão histórica, a fim de entender as influências originárias que determinaram a atual situação da população envelhecida em nosso país.

Posto isso, Beauvoir (2018) é uma referência para tamanho aprofundamento, visto que a autora determina que a situação da velhice na Grécia antiga, mais especificamente no século II a. C., o Senado era majoritariamente formado por homens ricos e fundiários, que já haviam cumprido suas carreiras de magistratura, a formação da República, permite um sistema oligárquico composto por esses mesmos homens, favorecendo assim a velhice neste período, para o sexo masculino, já que a tendência da República era conservar a moral, os valores e o conhecimento. Para Medeiros e Feijó (2011) na literatura grega o processo de envelhecer é marcado por contradições, já que o conflito entre jovens e os velhos anciãos se acirrava por conta da disputa pelo poder e controle da pólis, tendo também como argumentação moral a simbologia de seus deuses envelhecidos, que representavam a perversão e a tirania. Um exemplo disso é a representação do deus Saturno que “nas obras de astrologia, é geralmente representado por um velho lúgubre, indigente, que segura uma foice ou uma pá, uma enxada, um bastão, e que se apoia numa muleta, sinal de decrepitude” (BEAUVOIR, 2018, p.147). Diferentemente das sociedades orientais, que para Araújo e Lucena (2005) possuía outro tipo narrativa social, já que nessas civilizações o ato de envelhecer era objeto de adoração, dado que sua representação era a do ápice do conhecimento.

Com a queda da oligarquia na Grécia antiga, as vantagens dos homens velhos se esvaem, uma vez que, de acordo com Beauvoir (2018) o triunfo do exército romano, causa a decomposição política e social da República, e a ocupação desse espaço de poder é liderado agora por jovens militares. Valorizando, segundo Araújo e Lucena (2005) as capacidades corporais e estéticas, tendo como consequência ideológica a criação do padrão de uma masculinidade a ser seguida, valorizando a busca eterna pela vitalidade e juventude. As referências filosóficas, utilizadas até a

contemporaneidade expressam tal ideologia, podendo ser exemplificada a partir da análise do excerto de Aristóteles, no qual enuncia que:

O sábio é capaz de suportar com magnanimidade todas as vicissitudes. Entretanto, os bens do corpo e os bens exteriores são necessários ao bem do espírito. Estima que o homem progrida até os cinquenta anos devido ao acúmulo de experiências. Entretanto, para ele o declínio do corpo acarreta o declínio do indivíduo como um todo. (MEDEIROS; FEIJÓ, 2011 p. 112)

Posto isto, é necessário levar em consideração que uma civilização, nada mais é do que um composto de indivíduos, tendo como estilo de sobrevivência as relações sociais. Ford (2019) reitera que a premissa histórica das relações sociais, está pautada na reprodução material de uma determinada cultura com o meio, essa reprodução tem como consequência, o surgimento de distintas formações civilizatórias e também de seus direcionamentos políticos-ideológicos. Dessa forma, a reprodução ideológica concernente a valorização do físico do macho permanece até a Idade Média, uma vez que Oliveira e Santos (2009 apud MASCARO, 1997) frisam a dificuldade da chegada da velhice, visto que, a égide do feudalismo, o excesso de labor e a influência judaico-cristã, ratificavam a morte prematura da civilização, sendo considerado os cinquenta anos o ápice do desenvolvimento humano, os únicos que ultrapassam esses limites eram os detentores de riquezas, senhores feudais e chefes de família. A palavra-chave neste período era: posse e não longevidade, os indivíduos aqui eram medidos por seus bens materiais. Medeiros e Feijó (2011) acrescentam ao declararem que, neste período a desproteção da velhice e sua discriminação eram naturalizadas, as instituições e suas representações políticas, beneficiavam apenas os mais jovens, por sustentarem o modelo de vida feudal, e devido a vitalidade jovial e sua tenacidade, serem caracterizadas como símbolo de poder.

No que se refere ao período que segue pós Idade Média, denominado Modernidade Beauvoir (2018) afirma que é a partir do século XII para o XIV que se vê um renascimento e a ocupação da vida urbana, resultando em relações sociais pautadas na troca de mercadorias. Já que a partir da migração para a cidade e a não condenação da Igreja, fazia com que os civis não sentissem mais culpa ao irem em busca pela sua sobrevivência, dado que outrora, as conquistas materiais dos camponeses pertenciam aos senhores feudais, agora com a formação dos pequenos burgos, todo bem adquirido pertence somente a aquele núcleo familiar, fragmentando assim as relações sociais. No campo da ciência, não poderia ser diferente, Paula

(2016) assente que entra em pauta a inquietude do conhecimento científico, mas este era apenas exercido pelos detentores de poder e seus familiares. Como a lógica das relações humanas agora eram pautadas nessa troca mercadológica, o conhecimento por sua vez então teria como dever fornecer suporte para o desenvolvimento da fabricação de mercadorias, sustentando assim esse status econômico. Referente ao envelhecimento Araújo e Lucena (2005) registram em seu estudo que há um interesse dos pesquisadores dessa época em estudar a velhice, mas com a intenção de superar as limitações impostas por essa fase, não sendo vista como uma parte do período de desenvolvimento humano. Não significando assim, segundo Beauvoir (2018) que nesse período as circunstâncias tenham se tornado mais favoráveis a população envelhecida, sendo segundo ela o oposto, pois, sob o domínio da burguesia apenas as classes mais abastadas conseguiam chegar a velhice, através da acumulação de riquezas, os trabalhadores e trabalhadoras que ficavam com a função de produzir as mercadorias, ao envelhecerem, muitas das vezes não conseguiam operar o maquinário e nem comporem os espaços fabris, sendo colocados em uma condição de vulnerabilidade econômica.

Para Ford (2019) a ciência neste período era dominada por uma classe econômica que possuía os meios de produção, tal dominação segundo a autora se estendia para além dos monopólios desta pequena parcela da sociedade, influenciando ideologicamente a cultura, a política e as relações sociais, com a finalidade de difundir suas crenças e assim naturaliza-las. Pertinente ao tema envelhecimento tem-se noção a partir de Beauvoir (2018) que suas representações simbólicas no campo ciência, desde o antigo Egito até o Renascimento, segundo a autora, são estereotipadas, relacionando-a ao inverno da vida, por conta embranquecimento dos pelos corporais, fazendo assim alusão a frieza oriunda das nevascas, opondo-se ao vermelho, que por sua vez representaria o fogo das paixões, e até mesmo do verde no qual reflete as plantas e a fertilidade da juventude. Esse estigma só muda segundo a mesma nos séculos XVII e XVIII, mas essa ótica ainda era preenchida de moralismo e religiosidade, contudo, era exigido pelas instituições religiosas o respeito e a comoção diante a pobreza e a vulnerabilidade, influenciando os mais ricos a darem esmolas, levando o Estado partir dessas influencias, a reconhecer que todo homem tem direito a existência, surgindo assim os primeiros

hospitais e asilos. Um exemplo de combate à miséria e a vulnerabilidade desta era pode ser visto a partir do período elisabetano:

Para tentar combater a terrível miséria [...] Elizabeth no fim de seu reinado, em torno de 1603, criou a “lei dos pobres”: o governo tornou-se responsável pelos indigentes, por intermédio das paróquias. Taxaram-se os habitantes para obter fundos necessários. Os que eram considerados capazes de trabalhar eram explorados nas *Workhouses*. [...] Os velhos eram recolhidos nos asilos. O trabalho nas *workhouses* era extremamente duro. E as paróquias não socorriam senão os indigentes que pertencessem à comunidade; esta não se ocupava dos recém-chegados, e muito menos dos vagabundos, então extremamente numerosos. (BEAUVOIR, 2018, p. 186)

Segundo Silva (2008) foi na transição do século XIX para o XX, que emergiu na ciência e na sociedade, a noção de velhice como parte do desenvolvimento biológico de qualquer ser humano. A partir da dedicação dos profissionais da saúde que visaram estudar criteriosamente o corpo envelhecido, surgiram as mais variadas pesquisas que sustentam até hoje as bases de dados teóricas relacionadas a velhice. É neste período que também surge as ciências gerontológicas, mas a mesma não possuía a crítica que se tem construída atualmente na profissão, a velha e o velho a partir de Groisman (2002) eram enxergados sob a ótica da medicina, seus deslizes humanos era cada vez menos tolerados pelos familiares e sua dependência passaram a ser patologizadas e medicalizáveis, segundo o autor neste período não se fazia um diagnóstico fidedigno, qualquer comportamento excêntrico era tratado como Alzheimer ou regressão patológica. Em meados deste mesmo século, a família torna-se extremamente responsável pelo amparo e sustento de seus idosos e idosas, a condição da velhice então volta a invisibilidade, já que a extrema responsabilização dos familiares fez com que a população idosa perdesse seu caráter social, ficando reféns de seu espaço privado e doméstico, os que não possuíam condições objetivas e materiais eram atirados ao espaço público, tendo que viver a partir da mendicância, à mercê da filantropia oriunda das instituições de caridade (DANIEL; ANTUNES; AMARAL, 2015, p. 293)

Surge neste mesmo século a institucionalização da aposentadoria em alguns países ora mais desenvolvidos, Silva (2008) relata que este ato fez com que gerasse maiores condições materiais, fazendo com que alguns indivíduos pudessem ao menos chegar a esta fase da vida, porém, este direito ainda permanecia restrito aqueles que dispunham de mais privilégios, a velhice da classe trabalhadora, no entanto, ainda era associada a invalidez, fazendo com que surgissem sistemas empresariais que

visavam ratificar a aposentadoria, para assegurar a rentabilidade dos patrões e a disciplinarização da classe operária. Camarano e Pasinato (2004) reforçam que a velhice no século XX estava associada a carência de renda, por conta das limitações físicas e mentais que muitas das vezes impediam os velhos e as velhas de fazerem determinadas atividades propostas pelo mundo do trabalho, comprometendo assim sua autonomia. Este fato para Paiva (2014) faz com que a velhice em tempos de exploração pelo trabalho proposto pelo grande capital perca a sua humanidade, a velha e o velho aqui são tratados como mercadoria e com o passar do tempo perde sua validade para o capital, este sistema no entanto opta pela juventude por essa exercer maior capacidade funcional para a sustentar as ferramentas que reproduzem esse sistema, os trabalhadores e trabalhadoras ora envelhecidos (as) são tratados como “velhos (as) jovens” negando assim a existência da velhice, criando novas expressões que traduziam a velhice como sinônimo de tragédia humana, associando a uma imagem pejorativa e humilhante de corpos fúnebres e fantasmagóricos.

Contudo, Paiva (2014) retrata os avanços do século XX, tendo como exemplo a França que adota a palavra idoso (a) no lugar de velho (a) em decorrência das políticas de seguridade social da Europa implantadas no pós-primeira guerra, logo em seguida houve a conquista da classe trabalhadora através da implantação do Welfare State, melhorando as condições de vida, renda e saúde de trabalhadores e trabalhadoras que passaram a envelhecer com certa dignidade. Surgindo aqui a expressão “terceira idade” fazendo referência aquele trabalhador que sobreviveu às mazelas do sistema capitalista e estando ainda integrado à sociedade e autogerindo a própria vida. Porém, nem todos possuíam essa condição comprovando a aplicação de um conceito muito utilizado por pesquisadores das ciências sociais, denominado: heterogeneidade da velhice, melhor explicitado por Costa e Soares (2018) onde em seu artigo pode-se ter podemos ter a noção que chegada da velhice é vivenciada de forma distinta entre os seres sociais, pois, por mais que materialmente a velhice não passe de uma fase biológica-temporal, a mesma é atravessada pelas mais randômicas condicionantes sociais, preenchidas também de detalhes e características de uma determinada cultura, condição econômica, período histórico, classe social, gênero, etnia e orientação sexual, impostas por um Estado que ao assumir determinadas ideologias, traçará paradigmas que perpassarão todos os indivíduos desde o seu nascimento até sua morte.

Mulheres e homens para Ford (2019) se constituem através de suas relações sociais que só podem ocorrer em um tipo de sistema, ora preconizado pelo capitalismo, tal sistema segundo a autora desconsidera a identidade e a pluralidade de seus cidadãos tornando-os úteis e funcionais à reprodução desse sistema, corrompendo assim com a humanidade e com o verdadeiro sentido da existência, ao neutralizar os afetos, as emoções e comportamentos, homogeneizando seus corpos sociais, a partir dos ideias antropofágicos e calculistas presentes na ideologia capitalista. Portanto, para compreender a condição da velhice humana, dentro de uma perspectiva crítica e dialética deve-se recorrer a Campelo e Paiva (2014) onde a mesma afirma o quanto a velhice é permeada de características fixas, mas também de contradições, pois:

O envelhecimento, longe de ser um processo multidimensional; a velhice, longe de ser a fase que completa o curso de vida humana; e o homem velho, a mulher velha, longe de serem indivíduos que viveram muito tempo, são conceitos que traduzem sistemas de ideias e (des)valores que elegem a juventude como uma fase que, na contemporaneidade, será apartada do curso de vida para representar um ideal a ser alcançado, independentemente da idade de quem o tente alcançar. Mas, por outro lado, não é possível esquecer que o envelhecimento humano não se limita aos aspectos biológicos, sendo também um processo cultural, devendo, portanto, ser apreendido no movimento histórico das relações de produção e produção social. (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 142)

Portanto, quando compreendemos o envelhecimento da classe trabalhadora, numa perspectiva de totalidade, rompemos com a homogeneização “a-histórica atribuída ao processo de envelhecimento e à população idosa, como se envelhecimento biológico e demográfico fosse uma condição unificadora e as problemáticas sociais que atingem os trabalhadores fossem inexoráveis, a toda a população que envelhece”. (TEIXEIRA, 2017, p. 176) E ainda uma população sem as classes, sem relação com as condições de produção e de reprodução da sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, quando desvendamos os determinantes: econômico, políticos, culturais e sociais, veremos que o envelhecimento classe trabalhadora constitui em uma problemática social na ordem do capital, “em virtude da vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores, em especial ao perderem o valor para o capital, pela idade” (TEIXEIRA, 2009, p. 67). E assim, o envelhecimento do trabalhador se torna uma expressão da questão social. E partir da problemática social

do envelhecer na sociedade capitalista brasileira e de suas determinações, a classe trabalhadora, através das lutas e pelos mecanismos organizativos e reivindicativos, vão pressionar por respostas o Estado e a sociedade. O Estado, responde através das políticas públicas e sociais, que possuem um sentido contraditório, atendem os interesses da classe trabalhadora, mas também quer manter a hegemonia das classes dominante.

1.2. AS LUTAS E AS CONQUISTAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO IDOSA: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

Este debate só pode ser levantado segundo Camarano e Pasinato (2004) a partir de dois marcos essenciais na história do envelhecimento humano, organizados pela Organização das Nações Unidas – ONU, sendo o primeiro representado pela grande Primeira Assembleia Mundial sobre envelhecimento, que ocorreu em Viena no ano de 1982, este evento foi precursor no quesito visibilidade do tema envelhecimento na agenda internacional de políticas públicas, já que segundo as mesmas, o tema não recebia nenhum tipo de atenção nas assembleias mundiais, e era tratado de forma marginalizada até mesmo pelos órgãos que levantavam pautas relacionadas aos direitos humanos e qualidade de vida, tais como: a própria Organização Mundial de Saúde (OMS), junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Levando em conta toda omissão destas instancias políticas e organizacionais, o intuito da Primeira Assembleia sobre envelhecimento é traduzido através de um plano de ação intervencionista, focado na pessoa idosa, este plano, denominado Plano de Viena, tinha como objetivos: verificar a condição dos idosos e idosas dentro de sua regionalidade, a partir de uma análise demográfica, averiguando o estado da segurança social e econômica, para que enfim, representantes e profissionais da área pudessem lutar para uma maior captação de recursos e cobrar uma resposta de cada Estado-nação, já que para promover a independência e dignidade para essa população, resultaria em contrapartida um aumento nos gastos públicos, principalmente no a área da seguridade social, na qual, administravam as pensões, aposentadorias, assistência à saúde entre outras. Uma das conclusões da Assembleia de Viena foi a conscientização dos países da

necessidade de incorporarem nos seus planos propostas de ações que garantissem um envelhecimento saudável. A sociedade deveria ser trabalhada no sentido de adotar um conceito positivo e ativo de envelhecimento, orientado ao desenvolvimento. Isso significa uma mudança de visão do papel do idoso na sociedade. A AME I foi elaborada para os países desenvolvidos, mas também influenciou os países da América Latina, em desenvolvimento, no caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988, que firmou a seguridade social: saúde, previdência e assistência social. Entretanto, alerta Campo e Paiva (2014) “é preciso tomar cuidado com a afirmação porque uma interpretação simplista permitiria concluir que, numa relação de causalidade, os governos desses países, espontaneamente, adotaram o conjunto de recomendação do Plano de Viena e implementaram políticas”. Sabemos que no Brasil, neste momento os movimentos sociais eram intensos, reivindicando direitos sociais.

O segundo marco ocorre no início do século XXI em Madri, mas especificamente no ano de 2002, Camarano e Pasinato (2004) afirmam que por conta de recursos demográficos ora já averiguados e consolidados, através da criação de novas políticas e normativas, tornou o processo de envelhecimento mais abrangedor, dando chances para que a população pudesse enfim experimentar a condição da velhice, que outrora por conta do descaso do grande capital e da exploração do trabalho lhes eram tirado esta chance. Neste sentido a Segunda Assembleia de Envelhecimento, criou um segundo plano de ação, já que anteriormente a preocupação era averiguar a condição da velhice, nesta assembleia o objetivo era então, traçar novas medidas acerca do envelhecimento humano para o novo século, com o intuito de influenciar criações de novas políticas, programas e ações a nível global, mas principalmente em países ainda em desenvolvimento demográfico. As autoras declaram que o Plano de Madri possuía ênfase particular para cada região, mas como o plano é global o mesmo dispõe de características semelhantes tais como: a preocupação com a integração dos idosos e idosas na sociedade, a proteção de seus direitos, junto a averiguação das necessidades vitais, objetivas e materiais, demonstradas a partir de seu acesso a saúde, educação e moradia. Pois, sabe-se a que a velhice, segundo de Campelo e Paiva (2014) nas sociedades contemporâneas tem sido deixada de lado, o trabalhador e a trabalhadora, ao se afastarem do mundo do trabalho e da sociedade civil, caem em situação de isolamento e vulnerabilidade,

perdendo sua característica de consumidor, já que a estrutura capitalista consolidada, não os visualiza como sujeitos emancipados e livres.

Neste sentido cabe compreender o processo de envelhecimento dentro do cenário histórico brasileiro e seu desenrolar dentro da agenda das políticas públicas, já que estas possuem um papel relevante na visibilidade do tema. Escobar e Moura (2016) tornam-se uma boa referência ao afirmarem que a publicização da velhice ora transformada em políticas públicas, leis ou normativas, contribuem para um maior aprofundamento e aperfeiçoamento das demandas específicas do envelhecimento, já que historicamente a conquista destas instancias, deve-se a pressão, luta e reivindicações de profissionais, instituições e dos (as) próprios (as) idosos (as), pois somente através da garantia da proteção social, das políticas públicas e dos programas sociais que o velho e a velha poderão sair do esquecimento. Já para Ford (2019) o aprofundamento histórico é essencial para se fazer pesquisa em Serviço Social, posto que, compreender o presente, o passado e o futuro de um determinado tema, permite uma melhor conceitualização, na qual concomitantemente rompe com uma visão meramente superficial dos fatos, trazendo a pesquisadora e o pesquisador, para uma compreensão mais crítica acerca da realidade. Já que somente através deste modo de compreensão que sucederá o desvelamento da verdadeira essência do fenômeno, dado que somente a partir das pesquisas, estudos e da luta de classes, é que se consegue propor novas ações para a sociedade e assim gerar profissionais mais críticos e questionadores.

A partir deste ângulo crítico, Haddad (2003) em seu artigo afirma que a história das políticas sociais ligadas ao envelhecimento em nosso país, tem origem nas práticas assistenciais de cunho filantrópico, presentes desde o período colonial, representadas por entidades como a Santa Casa de Misericórdia. Não dessemelhante aos outros países, a história do envelhecimento no Brasil, segundo Cavalcante, Carvalho e Medeiros (2012) é marcada pela evolução dos saberes médicos e suas tecnologias, nos quais permitiram uma melhoria na qualidade de vida humana, através da assepsia, vacinas, antibióticos e exames complementares de diagnóstico, prevenindo assim doenças que outrora eram fatais e a própria mortalidade infantil, que possui ligação direta com o aumento da expectativa de vida dos indivíduos.

Mas a história da velhice brasileira, também é constituída por marcos políticos e sociais, Camarano e Pasinato (2004) concordam com os ganhos através do âmbito

da saúde, porém, as autoras visam estudar os primórdios de um sistema de proteção social brasileiro, no qual segundo elas, surge em meados no século XIX, a partir das reivindicações do movimento sindical, no qual almejava uma urgente intervenção estatal, em sua condição trabalhista. Através de mobilizações sociais, o grupo conquistou a primeira a regulamentação do direito à aposentadoria aos empregados dos Correios, a partir do Decreto 9.912-A, de 26 de março de 1888, onde após 30 anos de serviço e com uma idade mínima de 60 anos, trabalhadores poderiam usufruir de uma plena aposentadoria. Haddad (2003) dando continuidade no tema, ratifica que embora houve certos avanços no campo das políticas sociais, a condição da velhice da população brasileira era deixada de lado, sendo tratada de maneira isolada e deslocada da história do país, dependendo assim dos feitos caritativos, das congregações religiosas e das entidades de benemerência. Segundo a autora, foi somente a partir do século XX mais especificamente em 1930 que o Estado passa agir de maneira mais intervencionista nas obras públicas para idosos, por meio de auxílios e convênios com instituições particulares. Camarano e Pasinato (2004) concordam com a afirmação, e citam em seu artigo exemplos de políticas de previdência presentes no início do século XX, tais como, as leis de criação do seguro de acidentes do trabalho em 1919 e a primeira caixa de aposentadorias e pensões em 1923 denominada Lei Eloy Chaves, contudo, apenas trabalhadores do setor privado poderiam usufruir de tal direito, demonstrando assim a prevalência de uma classe social sobre a outra.

Concernente aos fazeres médicos voltados ao público idoso, Camarano e Pasinato (2004) relatam que um marco fundamental para as políticas públicas voltadas a população idosa, ocorre na década de 60, a partir da formação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), esta associação tinha como finalidade encorajar as instituições de cunho social, no amparo a velhice, a fim de aprimorar atividades assistenciais, educacionais ou de bem-estar físico e psicológico, relacionadas a gerontologia e a geriatria, resultando na criação do Serviço Social do Comércio (SESC). Haddad (2003) reforça que mesmo com a formação da SBGG e do SESC na década de 60, as propostas assistenciais elaboradas pelo Estado, eram permeadas de um discurso a-histórico, por conta da ênfase nas respostas oriundas do saber médico e gerontológico, em seu artigo a autora relata que o discurso era centrado na integração do idoso e da idosa na sociedade, silenciando a relação

cidadão e direito, deixando a mais uma vez velhice sob a administração de instituições privadas, ausentando a interferência estatal na temática. A conexão entre a velhice com as organizações privadas e os saberes médicos fez com que a mesma fosse tratada de maneira isolada da realidade social, ao passo que, a visão meramente gerontológica foi muito difundida através dos meios de comunicação, tornando-se um norte para o manejo da questão em universidades, palestras e publicações científicas.

Escobar e Moura (2016) acreditam que a visibilidade do tema tem seu ápice na década de 70, por conta do aumento da população idosa no país, sendo este um indicador social, para que se criasse novas políticas públicas e sociais. Camarano e Pasinato (2004) cita exemplos pertinentes desta década, afirmando que em pleno contexto de ditadura militar, houve um avanço no âmbito da previdência social. Por meio de uma iniciativa do governo federal, criou-se dois tipos de benefício não-contributivos, sendo eles: as aposentadorias para trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia (RMV) para a população em situação de vulnerabilidade social, podendo ser consideradas as primeiras medidas de proteção a pessoa com deficiência e ao idoso e idosa ora em situação de vulnerabilidade e risco social. Contudo, por mais que alguns direitos e benefícios foram conquistados, deve-se partir para uma análise crítica destes marcos. Para alguns autores, esta conquista não passa de uma garantia de “mínimos sociais” provindos do Estado, para acalmar as exigências de uma classe social, ao conceder estes direitos o Estado, se isenta de conceitos determinados pela ideologia de equidade, justiça social e de uma mudança de perspectiva socioeconômica, sendo notório que:

Não há, desse ponto de vista, diferença substantiva entre a velhice que vem sendo processando para o proletariado nos últimos séculos e a que se processa na contemporaneidade, resguardos os dados da longevidade e da magnitude populacional em escala, via de regra mundial. Com a reestruturação produtiva e a financeirização do capital, a partir dos anos 1970, o processo de exploração foi aperfeiçoado, todavia, as respostas dadas pelo Estado às questões da velhice da classe trabalhadora não alteram substantivamente as suas condições objetivas de vida. Assim, como há “fome em grandes plantações”, os recursos tecnológicos e benefícios científicos responsáveis pelo prolongamento da longevidade das populações humanas, com certeza, não estão ao alcance de todos que envelhecem. (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 132)

Esta citação, revela a heterogeneidade da velhice e a naturalização da violência aos grupos sociais mais vulnerabilizados, Costa e Soares (2018) afirmam que o

descaso traduzido em exploração a partir do trabalho, desigualdade social, preconceito e intolerância leva a sociedade civil a não aceitar as peculiaridades e fases da existência humana. Segundo as autoras, verifica-se em nosso país uma extrema arbitrariedade no processo de envelhecimento, a partir de circunstâncias referentes a classe social, gênero, cor/raça e sexualidade, exposto no artigo pelo exemplo do contraste entre um trabalhador rural e um profissional intelectual. As autoras acreditam que mesmo que ambos possuam a mesma idade cronológica, a nível biológico e social, nota-se o desgaste sofrido pelo trabalho no campo, fruto de um cotidiano insalubre e da constante repetição do trabalho manual, essa cisão entre classes sociais e oportunidades, são oriundas de um país que adotou um sistema econômico explorador, no qual suprime qualquer tentativa de introdução de políticas pertinentes a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos e cidadãs, ao encurtarem a existência de humanos (as) trabalhadores (as) em prol do capital.

Com o avançar da história do país, temos na década de 80, a partir de Haddad (2003) transformações sociais marcadas pela ebulição dos movimentos sociais, em prol da melhoria da qualidade de vida e da inclusão dos grupos sociais pormenorizados, no qual incluía idosos e idosas. Camarano e Pasinato (2004) salientam que nesta década, mais especificamente em 1985, forma-se a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) emergente da luta de trabalhadores e trabalhadoras ora já envelhecidos, unidos (as) a sociedade civil, na qual em sua instituição familiar possuíam entes idosos, tendo como propósito de luta e a conquista de direitos concernentes ao envelhecimento humano. Ao passo que, no mesmo ano surge a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), órgão técnico-científico de âmbito nacional, voltado para a investigações e práticas científicas voltadas a atenção ao idoso e idosa. Haddad (2003) é certa ao afirmar que estas conquistas sociais são frutos de lutas sociais de um povo relutava a quaisquer tipos de autoridade da época, uma vez que a população se encontrava em situação de repressão militar por conta de governos ditatoriais, todavia, os representantes da classe operária não temiam ao questionar o modelo socioeconômico aqui estabelecido, despertando nos aposentados e pensionistas o espírito da cidadania e a consciência de seus direitos através da luta e reivindicações sociais. Camarano e Pasinato (2003) concluem que para o país tal década é representada como um grande avanço das políticas de proteção social aos idosos brasileiros, uma vez que podemos contar com

a criação da Constituição Federal de 1988, na qual absorveu algumas orientações provenientes da Assembleia de Viena, introduzindo assim o conceito de seguridade social, fazendo com que rede de proteção social não vinculasse apenas ao contexto social-trabalhista e assistencialista e passasse agora a adquirir uma conotação de acesso ao direito e a cidadania. O texto legal da Constituição de 88 segundo as autoras:

Estabeleceu, como princípios básicos, a universalização, a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a seletividade na concessão, a irredutibilidade do valor das prestações previdenciárias, a fixação do benefício mínimo em um salário mínimo, a equanimidade no custeio e a diversificação da base de financiamento, a descentralização e a participação da comunidade. (CAMARANO; PASINATO, 2003, p.5)

Para Teixeira (2003) 80 e 90, devem ser consideradas significativas para o envelhecimento da população brasileira, uma vez que é neste período que o envelhecimento da classe trabalhadora se torna um dos elementos que constituem a questão social, fazendo com que profissionais, estudiosos e representantes políticos criassem normativas e diretrizes específicas para este tema. Contudo, esse olhar voltado para o (a) idoso (a) segundo a autora, só ocorre por conta do fenômeno da longevidade, que surge a partir da revolução demográfica mundial, das influências de organizações internacionais na agenda das políticas públicas do Brasil, pelas mobilizações de movimentos organizados pela sociedade civil, das organizações não governamentais voltadas a defesa do (a) idoso (a) e pelos (as) próprios (as) idosos (as) que neste período já se compreendiam enquanto sujeitos (as) políticos. Costa e Soares (2018) afirmam que somente através da militância e das exigências por uma melhoria da qualidade de vida, que se romperá com os preconceitos e discriminações ora naturalizados em nossa cultura, já que segundo as autoras, a supervalorização da juventude em detrimento do apagamento do velho e da velha no país, fez com que a velhice não fosse enxergada em sua totalidade, enquanto a juventude deveria ser mantida e alcançada a qualquer custo.

Esta visão segundo Haddad (2002) é proveniente da ideologia neoliberal que tem seu ápice no país a partir da década de 1990, segundo a autora nesta década a população idosa sofreu diretamente com o ataque de programas neoliberais, a partir da redução de gastos nas políticas sociais, afetando a área da previdência, saúde e assistência, aumentando assim a situação de vulnerabilidade e risco social de idosos

e idosos ora desassistidos (as). A autora afirma que nesta década o Estado incorpora o discurso de que o não investimento na área social tiraria o Brasil da dívida com o exterior, tendo como solução para esta, a própria reforma previdenciária e a redução parcial dos gastos públicos. Deixando nítido que este descaso tem como intuito fortalecer este modelo socioeconômico e a classe social que se beneficia do mesmo, Costa e Soares (2018) reafirmam que o envelhecimento dentro da perspectiva capitalista é invisibilizado, uma vez que o direcionamento deste sistema socioeconômico está totalmente centrado na produção e reprodução da riqueza material, descartando assim qualquer atributo físico, biológico e temporal da vida humana em prol da centralização de poder. Haddad (2002) consente ao ressaltar que a centralização da riqueza e a ausência do Estado na questão social gera múltiplos problemas tais como: desigualdades sociais, deterioramento das políticas públicas e sociais, falta de inclusão social, desemprego, fome e criminalidade.

Mas para Campelo e Paiva (2014) o neoliberalismo não causa somente exclusão e vulnerabilidade de idosos e idosas, o mesmo pode maquiavelicamente incluir estes em seu cotidiano trabalhista e organizacional, com o fim de se autorreproduzir em troca de uma mão de obra mais barata. Para a autora:

O retorno do (a) velho (a) aposentado (a) e/ou pensionista ao mercado capitalista de trabalho, pode estar relacionado à demanda pela contratação de um (a) trabalhador (a) que represente algumas vantagens para o empregador, ou seja, um tipo de subcontratação, em termos de menos custos e desresponsabilização quanto aos direitos trabalhistas (como os “gastos” com seguridade social), tendo em vista que, a título de exemplificação, esse (a) trabalhador (a) não necessita de vales transporte (a partir dos 65º anos), tem atendimento preferencial nas filas. Surge assim, no cenário contemporâneo, a figura do *office old* ou office velho. (CAMPELO E PAIVA, 2014, p.128)

Teixeira (2003) comenta que o capitalismo não inclui o idoso e a idosa no mercado de trabalho por pura benevolência, além de ganharem com os atributos postos na citação acima, o mesmo segundo ela, foi forçado a se adaptar as demandas oriundas da luta de trabalhadores e trabalhadoras, que exigiam uma resposta estatal e social acerca da condição do envelhecimento populacional, não aceitando mais paradigmas meramente filantrópicos ou baseados nos cuidados intrafamiliares. Camarano e Pasinato (2003) afirmam que ao longo da década de 90, foram normatizados, através destas exigências da expressão popular, diversos regulamentos referentes a política de proteção aos idosos e idosas. De acordo com

elas, em 1991 fora aprovado os Planos de Custeio e Benefício da Previdência Social, que finalmente atendeu a população idosa procedente da zona rural, fazendo com que estes tivessem o mesmo acesso aos benefícios e direitos à aposentadoria, que anteriormente era direcionado apenas para a população da zona urbana e para os (as) trabalhadores (as) registrados. Elas também afirmam que outro marco histórico que corroborou com o amparo dos (as) idoso (as) no país, aconteceu em 1993, a partir da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742, de dezembro de 1993), popularmente conhecida por LOAS, na qual estabeleceu programas e projetos voltados integralmente a população idosa, tendo como exemplo a concessão de benefícios para indivíduos a cima dos 70 anos (teto de idade hoje já alterado para 65 anos), denominado de Benefício de Prestação Continuada (BPC) que amparou famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, que sobrevivam com renda mensal percepta inferior a 1/4 do salário mínimo.

Ainda nesta mesma década a partir de Escobar e Moura (2016) pode se notar que historicamente os grupos organizados em prol da questão do envelhecimento no país, reuniram-se para realizar seminários que resultaram em um documento legal intitulado “Políticas Para a Terceira Idade”, sendo esse documento o precursor da primeira política regulamentadora do segmento idoso, denominada Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994). Teixeira (2002) afirma que somente em 1996 fora assinado o Decreto-Lei nº 1.948 de 3 de julho, no qual regulamentou e oficializou a PNI, tal decreto também estabeleceu competências de cada órgão gestor e de entidades públicas, para que a implementação da política fosse eficaz, atribuindo também competências ao antigo Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de intensificar e direcionar as ações provenientes de organizações governamentais e das não governamentais, que tinham como foco a pessoa idosa. Segundo a autora a PNI, surgiu com o intuito de corroborar com a participação, autonomia e independência do idoso e da idosa na sociedade contemporânea, ao incentivar a educação permanente, o lazer, a cultura e a inclusão, rompendo assim com paradigmas asilares e religiosos. Tendo como consequência, de acordo com Escobar e Moura (2016) a grande revisão que ocorreu em 1999, a partir da Assembleia Geral da ONU, onde instituiu diretrizes orientadoras para políticas sociais voltadas ao idoso e idosa, passando enfim considerar o envelhecimento como uma fase do processo humano, sendo uma oportunidade que poucos podem viver, nesta assembleia

estabeleceu-se princípios como: assistência, independência, autorrealização e dignidade.

Com a entrada do novo século Costa e Soares (2018) afirmam que a velhice para os (as) pesquisadores (as) passa a ser compreendida dentro de uma perspectiva crítica, optando assim por compreendê-la a partir da análise de conjuntura, visando refletir como o (a) humano (a) sobrevive dentro de uma reprodução social, fruto da produção capitalista. Neste sentido cabe ressaltar que de acordo com Escobar e Moura (2016) em 2002, a II Assembleia Mundial do Envelhecimento, passou a compreender a velhice dentro de uma perspectiva de totalidade, ao exigir e influenciar o compromisso que todos os países e governos deveriam ter acerca da adoção de ações voltados a pessoa idosa, deve-se levar em consideração que este acontecimento ocorreu no mesmo ano em que a Organização Mundial de Saúde oficializou a Política para o Envelhecimento Ativo, comprovando assim a mudança de perspectiva acerca da figura do velho e da velha. Porém as autoras afirmam que relativo a realidade nacional, não se deve homogeneizar a reflexão acerca da experiência de envelhecer, uma vez que a velhice para os países já desenvolvidos e bem estabelecidos economicamente, possui outra conotação, que muitas das vezes pode ser considerada privilegiada, uma vez que no Brasil, nota-se que o tema é perpassado por outras condições paradoxais, ou seja para se discutir envelhecimento deve-se levar em consideração as condições de desigualdade social, racial, regional, sexual e de gênero.

Escobar e Moura (2016) consentem que com a chegada do novo milênio, o país passa a compreender o envelhecimento ativo dentro de três forças sociais, sendo elas: o papel do Estado para com a pessoa idosa, que tem como dever, regular e distribuir recursos e incentivos para as instituições que lidam com essa questão, a sociedade na qual viabiliza a existência e a cidadania desses sujeitos e a família como a instância primária por se responsabilizar com a manutenção e cuidados básico de seus entes idosos. Neste clima de cuidado com os (as) idosos (as) Camarano e Pasinato (2003) declaram que o país ganha em 2003, um estatuto que fomentou legalmente as políticas pertinentes ao seguimento idoso, desse modo o Estatuto do Idoso passa a incorporar novos elementos dentro do cenário da política nacional, dando o enfoque necessário a temática, ao estabelecerem leis que visam proporcionar maior visibilidade e bem-estar ao seguimento idoso. Cavalcante, Carvalho e Medeiros

(2012) relatam que apesar do crescimento da população idosa no país, e das leis e normativas já estabelecidas, percebe-se ainda um alto grau de inacessibilidade e descumprimento dos direitos sociais, este fato deveria fazer com que os representantes políticos e o Estado, pensassem em instrumentos que colaborariam com a manutenção e integralidade da PNI, já que a inacessibilidade aos direitos social, vai contra os princípios estabelecidos pela Constituição de 88 e pelo Estatuto do Idoso, sendo papel do (a) assistente social, informa-los acerca da não garantia desses direitos.

Concernente a contemporaneidade conjuntural Gonzalez (2014) relata que esta década é marcada por grandes acontecimentos, tais como: o Programa Bolsa Família (BF) que a partir da transferência de renda beneficiou famílias em situação de extrema pobreza, o Pacto pela Saúde um programa do SUS que reformou a situação da saúde da população, as relações institucionais e fortaleceu a gestão SUS, dando prioridade para a saúde da população idosa, a criação da Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica, estas redefiniram as ações no âmbito da assistência social, instituindo pisos de financiamento e aumentando a descentralização e a proteção social, que passou a se estruturar em dois eixos: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). Miranda, Mendes e Silva (2016) afirmam que segundo a Organização Mundial de Saúde, o século XXI é marcado pela conquista da velhice e da longevidade. Contudo com o aumento da população idosa, aumentou-se também as demandas sociais e econômicas, para que esta parcela da população fosse atendida integralmente, uma vez que vemos que muitas das vezes esses (as) idosos (as) são ignorados e desconsiderados como essenciais para a formação da sociedade. Já Camarano e Pasinato (2003) revelam que na atualidade o envelhecimento ocorre dentro de uma conjuntura recessiva e de uma crise fiscal na qual dificulta a expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em particular, para os idosos. Há uma tentativa segundo Gonzalez (2014) de resolver tal situação nos anos de 2006 e 2009, a partir da realização das conferências nacionais que seguiam as diretrizes propostas pela Segunda Assembleia Mundial Sobre Envelhecimento, dessas conferencias surgem dois objetivos: a primeira era propor a construção de uma Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI) e a segunda buscou avaliar o desenvolvimento, instrumentalidade, estratégia e funcionamento da mesma.

Portando deve-se compreender que a problemática do envelhecimento dentro da atualidade anda junto com outras políticas e sistemas que estão em voga, deve-se lembrar que com o avanço do neoconservadorismo hoje em pauta no país, o tema envelhecimento torna-se vítima do não investimento do Estado e da fragmentação social, condicionada pelo fenômeno da heterogeneidade da velhice, neste sentido Costa e Soares (2018) afirmam que não se pode compreender a velhice dentro de uma perspectiva generalista, uma vez que enquanto nos já desenvolvidos e bem estabelecidos economicamente, tem-se um sistema de proteção social consolidados, já nos países ainda em desenvolvimento ou que não possuem economia independente, vê-se ainda a situação de vulnerabilidade social deste grupo etário, uma vez que o sistema de proteção social é ameaçado pelo sistema neoliberal, cabendo ao (a) assistente social, trazer a luz da reflexão a pauta do envelhecimento humano, junto a trajetória política e econômica do país e como estas estruturas interferem materialmente na vida desses sujeitos políticos ora envelhecidos (as).

No sistema de proteção social registramos a articulação de diversas políticas sociais, destacamos a política de assistência social, que com a Constituição Federal de 1988, passa da noção de caridade e filantropia para o patamar de direito social. Compõe um instrumento importante para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população idosa. No próximo capítulo vamos contextualizar historicamente a política de assistência social.

CAPITULO 2 – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Neste capítulo, procurando mapear nosso objetivo geral “analisar o programa da UNATI-Campus de Franca, na pandemia do COVID-19, se propiciou a integração entre aos unatianos, por via virtual, numa perspectiva emancipatória”. A UNATI-CF, enquanto uma proposta de extensão universitária, articula ensino, pesquisa, visando um envelhecimento digno. Sua proposta propicia reflexões sobre questões de cidadania e estimula a participação na luta pela efetivação dos direitos sociais, sob a coordenação de docentes do Curso de Serviço Social da UNESP-CF.

Assim, vamos contextualizar historicamente a profissão de Serviço Social no Brasil, visando entender a ocupação do Serviço Social e seu espaço sócio-ocupacional, enquanto um serviço e ideologia que se ampliam e se modificam de acordo com as realidades e enfrentamentos impostos durante os acontecimentos do nosso país, momentos históricos e sistemas econômicos, que condizem com a relação de realidade e trabalho enquanto questão social - sendo esse o núcleo principal da profissão.

Esse primeiro tópico do capítulo trará em suma seus principais acontecimentos – surgimento, trajetória - e apontamentos mais relevantes e necessários para entender onde e como o serviço social de fato se iniciou e aconteceu dentro da temática desse trabalho em si e o objeto a ser estudado, já que enquanto um fato dentro de nossa constituição a assistência social é um dever do Estado e um direito do cidadão, sendo parte da seguridade social e uma política pública não contributiva. Em sequência, encontra-se de forma mais aprofundada a política de assistência social para a população idosa, fazendo recortes necessários a realidade e breves acontecimentos com que fizeram acontecer uma política nacional do idoso, descrevendo também seus principais desafios e a realidade imposta diante esse recorte, trazendo uma conclusão de fato ao seu final, de modo amplificado a todo o material do capítulo.

2.1 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA:

Primeiramente nunca se deve desconsiderar os determinantes políticos, sociais, culturais e econômicos que diretamente caracterizam a profissão, assim vamos analisar a natureza do Serviço Social numa perspectiva sócio-histórica. Desse modo, é necessário compreender o contexto sócio-histórico no Brasil, no início da profissão no Brasil, em 1930, o governo do presidente Getúlio Vargas, processo de industrialização, e partindo exatamente desse ponto, se torna o acontecimento mais importante que antecedeu o período de surgimento do Serviço Social, sendo através e mais adiante dela onde surgem as necessidades pelas políticas sociais pelas consequências que esse processo no país causou a sociedade e população. Sendo diante desses desenvolvimentos e mudanças que vem a partir da industrialização - o que pode ser caracterizado enquanto mudanças em contexto econômico, social e

político - é o responsável por desencadear a desigualdade que acontece nesse processo dentro do país e se amplia e perdura até hoje enquanto o que conhecemos como o sistema capitalista. Torna-se um contraste a realidade e eventos históricos, já que é dentro dos anos de 1930 que vem o surgimento do Serviço Social no país, uma sociedade urbano-industrial que se encaixa dentro da característica de desenvolvimento capitalista; sendo a definição de capitalismo sob a vertente marxista por Martinelli (1997, p. 29): “o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital”, ora a população se encontra apresenta nessa relação enquanto uma mera força física.

A profissão surge da existência do sistema que envolve o capitalismo monopolista, sendo um sistema que traz à tona os conflitos de classe, onde a população que é denominada enquanto classe operaria, é a que necessita e requer as atividades de políticas públicas que vem através dessas explorações de trabalho decorrente desse sistema e direitos de cidadania em geral para qualidade de vida. Agora de volta a um contexto histórico ainda durante 1930, seguindo falas de lamamoto e Carvalho (1991) o surgimento no Brasil da profissão de assistente social na década de 1930 com a criação da primeira escola de Serviço Social em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro, a primeira escola da profissão só teve início em 1940, mas é nessa mesma década de 1940 em várias capitais dos estados onde surgem várias escolas de Serviço Social, contudo a maioria dessas novas escolas são feitas com base nessas outras duas primeiras escolas e possuindo origem católica. lamamoto também deixa mais uma vez em destaque, a realidade da vertente igreja e catolicismo dentro da profissão em sua origem e início, contextualizando alguns títulos e vertentes que existiam nesse momento:

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais [...]. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. [...]. O Serviço Social começa a surgir como um “departamento” especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1998, p. 213)

Onde também exemplifica a forma inicial dessas escolas como:

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) é considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por sacerdotes da Ação Social e Ação Católica [...] Seu início oficial será a partir do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho, para o qual fora convidada Mlle. Adele Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Ao encerrar-se o curso, será feito um apelo para a organização de uma ação social visando atender o bem-estar da sociedade. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1991, p. 168).

Assim, essas escolas surgem em um momento em que existiu o *Golpe de Estado* por Getúlio Vargas, que por toda a trajetória histórica que esse momento trouxe, resultou em formas da profissão se emergir por dentro de ideologias que advinham até mesmo de dentro do Estado e que o autovalorizava:

O Serviço Social surge num momento em que o modo de produção capitalista define a sociedade em que a Igreja se insere. É também um momento em que a ideologia das classes dominantes não é mais a da Igreja. Não é mais ela quem cria e difunde ideologia dominante. Esta passa a ser produzida e difundida por outras instâncias da Sociedade Civil e Política, que são monopolizadas e controladas pelos grupos e classes que mantêm o monopólio dos meios de produção. (IAMAMOTO, 2000, p. 230).

Mas não há como negar que é em torno desse governo Vargas, que surgem algumas das políticas públicas e construção da profissão, como a Constituição Federal de 1937, onde também se implemente o que é chamado de Estado Novo, e conseqüentemente, nessa mesma década, foi onde aconteceram crises econômicas que mudaram as formas políticas que ocasionaram em mudanças políticas econômicas de maneira grave assim como as próprias maneiras que o Estado se organizava antigamente, porém de qualquer forma, ainda se tornou um período marcante para se dizer que foi a partir dele que o Serviço Social começou a ter mais evidencia e crescimento, vindo a partir do governo de Getúlio Vargas muitas das leis trabalhistas em geral que conhecemos hoje como FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) ou até mesmo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o Ministério do Trabalho. Sendo as décadas de 1930, 40 e 50 enquanto períodos de implementação do sistema industrial brasileiro, que assim como já foi afirmado, entra na conjuntura enquanto um sistema de forma capitalista, e à deriva desse sistema surgem as necessidades de implementações e amparos para com as conseqüências

que esse sistema traz diretamente a classe operaria, já que é um sistema que faz com que aconteça a necessidade de medidas que ampare de alguma forma a exploração das forças de produção, enquanto acontece a concentração de renda apenas a favor dos grupos que permeiam o capital. Dessa forma, as políticas sociais se tornam como algo para manter a classe operaria em acordo, como um contrato social, assim, a maioria das políticas que surgem nesse governo, são de certa forma excludente e não universal, dando direito apenas a população que produzia oferecendo sua força de trabalho, sendo visada em grande parte como uma maneira de controlar tensões sociais, e por ser dessa forma, é um governo que visava um bem próprio e aos seus capitais – sendo condizente ao sistema capitalista monopolista. Sendo mais uma forma da antiga ideologia em torno do Serviço social que vinha de influências da doutrina social da igreja no início, onde existia o tomismo e neotomismo dos postulados da filosofia de São Tomaz de Aquino, que é relatado por Yazbek, onde se alimentavam de ideologias da igreja católica, com posicionamentos humanistas e conservador onde ignora-se a questão social e suas expressões.

Não sendo uma política de bem-estar social como a que se estuda mais a frente enquanto Serviço Social que evolui e se desvincula de suas origens positivistas, que visa amparar todos os direitos por lei da pessoa na sociedade, e não apenas enquanto trabalhador que vende sua força de trabalho. Mas ainda nesse contexto, a profissão era o chamado Serviço Social Tradicional que era dentro das visões positivistas, seguindo a linha de “ajustar ou reajustar o indivíduo ou grupos ao meio”. Na década de 1950, o Serviço Social era reforçado apenas no sentido central de caridade, melhor descrito por Iamamoto como:

O caráter caridoso e altruísta, desinteressado, a ação informada por um humanismo cristão que desconhece as determinações materiais, típicos desses meios, são elementos propícios para a germinação e o aparecimento de vocações. Vocações de servir ao próximo e, atitude não despida de romantismo, de despojar-se de si mesmo para servir à humanidade, que podem ser confundidas com o sentido e conteúdo de classe do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2000, p. 233)

Sendo também, a partir dessa década, quando se iniciam algumas discussões e discordâncias dos profissionais sobre essa visão, e juntamente, em 1957, é quando o Serviço Social é reconhecido como profissão. (IAMAMOTO, 1998). Em seguida, no período de 1964 a 1985 entra-se no período histórico do Golpe Militar, onde agora a realidade da sociedade brasileira estava dentro de um regime-ditadura militar, que

além disso continuava se modernizando e ampliando a nova sociedade urbanizada e industrializada, e que também, exatamente por ser um governo que era regido por militares, se encontrava com viés ideológicos e repressivos, onde tentavam reproduzir a ideia de que tudo que o poder governamental escolhia fazer era para o bem da população e desenvolvimento do país, pondo praticas para com que grande parte da população acabasse por acreditar e reproduzir esse pensamento, enquanto os que discordavam dos ideais que eram pregados (por grande parte pelos burgueses que mantem certo poder sob a sociedade e o próprio governo) sofriam uma grande repressão e formas de violência mental, física e moral que até mesmo resultavam em mortes ou pessoas sendo exiladas. (NETTO, 2005)

Se torna então esse contexto histórico onde se encontra o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, um grande momento e de muita importância para a história do Serviço Social e seu desenvolvimento, trazendo consequências no que o torna como é hoje:

O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Latino-Americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo. O propósito é tão-somente situar aquele movimento na sua gênese, tendo em vista análise posteriormente o tipo de relação com ele estabelecida pela produção brasileira do Serviço Social nos anos de 1980. Preliminarmente, deve ser salientado que o movimento de reconceituação do Serviço Social – emergindo na metade dos anos de 1960 e prolongando-se por uma década – foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sócio-políticas, da direção social da prática profissional de seu modus operandi. (IAMAMOTO, 2001p. 205, destaque do autor)

Esse processo advém da necessidade de uma resposta do Serviço Social para as novas demandas que apareceram por essa realidade moderna, que até o momento ainda reproduzia o chamado Serviço Social tradicional, que era também posta pela burguesia que detenta grande parte de poder, sendo uma prática paliativa, assistencialista e caritativa, como descrita por Netto:

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contra restar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que

estavam alocados as estruturas organizacionais - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais. (NETTO, 2005, p.118.)

Dessa forma, a prática profissional do assistente social se encontrava de forma subalterna, apenas visada na forma de executar as políticas públicas que haviam, apenas reproduzindo o que era imposto e vinham dos detentores de poder dentro desse contexto que agiam como mentores da ordem e controle da sociedade. Em continuação, existe então uma reorganização da sociedade por parte do Estado, juntando todas essas mudanças políticas, econômicas e sociais, que trouxeram a consequência para modificações dentro do cenário do Serviço Social nos âmbitos da prática e formação profissional.

Na prática, resumidamente, se diz questão ao mercado de trabalho do Serviço Social, já que a nova realidade modernizada e industrializada trazia novas demandas, pois o Estado trouxe esse sistema com visões para reprodução do capital e modelos econômicos que inseriam a dinâmica capitalista, resultando dessa forma em grandes problemas pelo inchaço populacional que veio a partir do êxodo rural, que conseqüentemente se deu a miséria, violência e muitas outras problemáticas que evidenciam a questão social para com a sociedade brasileira. Desse modo, o mercado de trabalho para o assistente social começou a exigir também a modernidade do profissional para saber lidar com aquelas situações, atendendo as novas exigências impostas, entendendo as novas funcionalidades e normas da nova realidade, onde agora os detentores de poderes na sociedade (burguesia) começam a exigir essas novas formas de exercer o trabalho do assistente social, de agir com racionalidade e de formas burocrático-administrativas, sendo essas exigências:

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalis”. (NETTO, 2005, p. 123).

Mas cabe também fazer menção que dentro desse contexto e acontecimentos, aconteceram quatro Seminários de Teorização do Serviço Social que deram origem ao Movimento de Reconceituação no Brasil, organizados pelo Centro Brasileiro de

Intercambio Serviço Sociais – CBCISS. O I Seminário resultou no que conhecemos como Documento de Araxá (1967), que representa esse momento de teorizar a prática de acordo com a realidade. Em seguida tivemos os II Seminário, com o foco na metodologia do Serviço Social, que resultou no Documento Teresópolis. Em 1978, tivemos o III Seminário de Teorização, como documento de Sumaré, cujo foco foi na cientificidade do Serviço Social. No ano de 1984 vamos ter IV Seminário, resultando no documento de Alto da Boa Vista, com a temática as correntes filosóficas que influenciam o Serviço Social.

Já enquanto formação profissional, o Serviço Social tem sua inserção de ensino nas universidades, com mudanças que ocorrem ao decorrer da prática e mudanças dentro da própria sociedade com a modernização, iniciando sua interação com disciplinas das ciências sociais (sem desconsiderar o período presente de ditadura, seguindo os vieses propriamente impostos), porém, é entrando nesse âmbito de ciências sociais que o Serviço Social inicia uma mudança, tomando uma postura crítica para os seus fundamentos (Netto, 2005). Dessa forma, dentro de uma visão de totalidade e todo o contexto histórico que surge então o processo de Renovação do Serviço Social, sendo essa renovação uma nova forma de atuação profissional, com a principal ideia de romper com as práticas tradicionais do início da profissão. Sendo assim:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das construções da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2005, p.131)

Portanto, o processo de renovação do Serviço Social, Netto (2005), divide em três perspectivas: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. A modernizadora refere-se aos documentos de Araxá e Teresópolis, cujo os objetivos eram adequar o Serviço Social à política desenvolvimentista. A perspectiva de reatualização do conservadorismo, compreende os documentos: Sumaré e Alto da Boa Vista, volta às origens da profissão com ajuda psicossocial. A Intenção de ruptura temos três momentos: da sua emergência, da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional.

Conclui-se que o movimento de reconceituação foi um momento de grande importância para o Serviço Social, já que fica claro que é a partir dele que a profissão ganha um novo caráter, com compromisso de ter ações com bases sólidas para que possa interferir de modo efetivo na busca de atender as demandas que surgem nas vidas das pessoas que são atingidas pelas realidades da sociedade e necessitam do trabalho do assistente social. E Netto (2005) afirma que a existência do Serviço Social crítico é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação. Dessa maneira, a partir dessa visão com nova reconceituação desse movimento, o Serviço Social passa a ter inspiração na teoria crítica marxista, naquele onde vê o homem como protagonista da sua própria história.

Seu desligamento com o Serviço Social Tradicional e a nova vertente crítica:

Embora o movimento de reconceituação tenha se gestado no bojo da política desenvolvimentista e sido tributário de seus parâmetros teórico analíticos, já no despontar da década de 1970 passaram a marcar presença no cenário profissional análises propostas com nítida inspiração marxista, abrindo uma fratura com suas próprias produções iniciais. É que se a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes. (IAMAMOTO, 2001p. 210, destaque do autor).

Mas é apenas a partir da década de 1980 que o Serviço Social entra mais uma vez em grande avanço, com a parte constitucional e legislativa vinda da Constituição Federal de 1988, sendo em 1985 que o país se encontra em mais uma nova realidade, agora passando pela transição democrática, seguindo seus avanços e momentos que perpetuam no que a profissão é até hoje. Mesmo que tenha sido durante o Regime Militar onde teve início sobre o sistema de proteção social garantido pelo Estado, e ainda também sob a realidade do modelo neoliberal, foi pela força dos movimentos sociais e pressão popular que conseguiu-se incluir direitos sociais na Constituição Federal, ainda que não tenha sido amplo e de maiores prontidões, pela sua forma de implementações distintas sem serem completamente universais e com amparo ao redor da renda devido, acabou se tornando mais uma das várias formas de corrupção com formas de desvinculo de recursos dentro do país. Sendo a Carta Magna de 1988

o marco legal das transformações e redefinições da assistência social no país, para além da sua historicidade. Sendo o - art. 194 da Constituição Federal de 88, que qualifica como política de seguridade social:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; ~~VI - diversidade da base de financiamento;~~ VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) ~~VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.~~ VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Causando novos atributos e ferramentas para o trabalho com a população e necessidades e atendimento social, com asseguramento de direitos e serviços que devem ser garantidos pelo poder público, dessa forma o Estado passa a ter responsabilidade para com as necessidades sociais da população por lei, garantindo as políticas pelas quais são pregadas em toda a emenda. Mesmo que, ainda não sendo implementada de forma completamente universal como deveria, ainda é dever do Estado para com os direitos de sua população.

Além do capítulo da seguridade social, existe a seção específica para a assistência social, sendo o artigo 203, para os destinatários deste segmento da ordem social:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Enquanto no artigo seguinte – 204, indica sua fonte primaria dos recursos que as ações e as diretrizes a serem adotadas nas políticas de assistência social:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Segundo então a Constituição Federal de 1988, a seguridade social são ações que deveriam vir por meio dos poderes públicos (Estado) e da sociedade, enquanto uma garantia dos direitos em questão da saúde, previdência e assistência social – conforme artigo 194. Se torna de conhecimento então de que a seguridade social no Brasil é legalmente colocada de forma fragmentada, não sendo gestada em seu conjunto, não tendo um ministério ou secretaria da seguridade social, cada uma das políticas de seguridade é fragmentada e gestada de formas diferentes, sendo cada uma com uma especificidade ou lei que a regulamenta especificamente, se desvinculando de uma totalidade. Sendo, como exemplos, a previdência social como uma espécie de seguro e só recebe seus direitos dela quem contribui, a assistência social que fica para quem dela necessita, sem haver a necessidade de contribuição, mas havendo a necessidade de se encaixar em certas necessidades e realidades, e a saúde, sendo a única que chega mais perto de uma forma universalista, com o objetivo de uma saúde pública para todos. Em conjunto, além destes já ditos, até hoje, também acaba sendo um dos maiores desafios do Serviço Social a falta de conseguir construir com políticas setoriais e a sociedade, uma rede profissional de assistência, com financiamento adequado para que possa ser garantido os serviços e com qualidade, resultando em melhora a qualidade de vida da população, para que assim

haja desenvolvimento e respostas aos desafios que existem em torno das questões sociais e econômicas do país.

Falando brevemente em sequências históricas, também surgem outras mais conquistas diante o cenário do Serviço Social, como a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) em 1993, que propunha mudanças estruturais e conceituais na assistência social pública, se tornando uma ferramenta de trabalho que trouxe consigo mais adiante muitas outras ferramentas para o Serviço Social e seu exercício profissional. Resumidamente, até o tempo presente em que vivemos, houveram conselhos, debates, participações, cobranças e lutas para que se efetivasse direitos e espaços de trabalho do Serviço Social, de forma com que em uma constante crescente vive em busca sempre de mais e mais conquistas, mesmo que sejam difíceis e demoradas. Desse modo, os espaços e ferramentas dessa profissão, cada vez mais se ampliaram, abrindo e validando espaços de atividade profissional, levando a formalização do trabalho na década de 40, seguindo as propostas do CFESS (em 2008, p.20). Porém, vale ressaltar que antes dessas formalizações e dos estudos sobre a questão social, a profissão era vista de um modo mais antiquado, de modo a responsabilizar individualmente os sujeitos. O constante crescimento do mercado durante toda a história, dentro dos processos econômicos e sociais é a principal causa das formas que foram surgindo as expressões da questão social, com o que já conhecemos como o desemprego, aumento de taxas de pobreza e miséria e exclusão social, além da precarização e exploração do trabalho, até mesmo o desmonte e ataques aos direitos sociais já conquistados.

Porém, continua como um constante desafio da profissão, o de lidar com o próprio sistema em que trabalha e vive, que acaba minando suas formas de exercer seu trabalho e prática profissional, onde há pouco amparo e investimentos para com as políticas e formas que já existem para fornecer os serviços de assistência, sendo assim, o profissional vê-se em constante luta para poder exercer seu papel e também lidar com a contradição que rodeia sua realidade, por ser uma profissão onde existem suas próprias ideologias e segmentos sobre o que é a contradição e o que conhecemos como a questão social, até mesmo o principal instrumento do serviço social, que tem de compreender e lidar em sua própria realidade sobre os desafios e expressões que advém do modo capitalista de produção. Sendo assim, ao mesmo tempo que trabalha buscando formas para lidar com as expressões dessa realidade,

o profissional acaba por muitas vezes também vivendo dentro dessas mesmas expressões que ele passa a ver e entender de forma mais crítica, sendo colocado muitas vezes como ferramenta de trabalho para o controle social enquanto um objeto de ferramenta dentro do sistema e o de trabalhar para esse sistema que critica e que explora (por isso sendo necessário sempre o viés crítico e desalienado do profissional de serviço social), onde atualmente ainda existe e se depara com ondas conservadoras que novamente surgiram em massa e ataques aos direitos e lutas de classe, além das novos desafios que também aparecem após e durante a realidade da pandemia do COVID-19 no país e no mundo, que resultam até mesmo muitas vezes no adoecimento mental além das doenças fisiológicas que já conhecemos, pelas consequências que essa realidade trouxe e todas suas questões.

Sendo assim, as políticas de assistência social podem ser consideradas como um produto histórico das lutas dos trabalhadores e os profissionais que seguem e entendem a realidade envolta da vida e contradições que existem na relação da vida e trabalho. No Código de Ética Profissional, a atuação do assistente social está além da defesa dos direitos humanos, deve-se ir junto à equidade e justiça social, sob o poder do Estado, se torna também dever dele a de trazer garantia desse e todos os seus direitos enquanto pessoa vivendo dentro e trabalhando em torno dele.

2.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POPULAÇÃO IDOSA

Após compreender a trajetória histórica da política de assistência, pode-se agora entrar na temática mais aprofundada de acordo com o tema e objeto de estudo desse trabalho, ou seja, “o programa da UNATI-Campus de Franca, na pandemia do COVID-19, se propiciou a integração entre aos unatianos, por via virtual, numa perspectiva emancipatória”. Neste momento afunilando para o âmbito de envelhecimento e políticas voltadas a população idosa.

Assim como citado anteriormente dentro da história das políticas sociais, os acontecimentos e demandas enquanto problemática em torno do envelhecimento, se apresentam como mais uma das expressões da questão social pela modernização do Estado e da economia, deixando de forma explicita as consequências que o modelo capitalista traz a sociedade:

As necessidades da população idosa, cujo contingente populacional cresce em ritmo bastante acelerado no Brasil dos nossos dias, passa a ser compreendida como uma das expressões da questão social contemporânea. Isto requer do Estado e governos o redimensionamento da agenda pública e dos investimentos, de forma a superar ações pontuais e localizadas, por políticas públicas de alcance social, com demarcação orçamentária concreta, e diretrizes institucionais nos diversos níveis administrativos que compõem a república federativa. (SILVA, 2012, p. 206)

Onde de forma geral, o assistente social atua nas expressões da questão social, sendo de acordo com Yamamoto:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. (...) A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (2001, p. 16)

Mas como destaca Teixeira (2018), a longevidade alcançada pela humanidade e em massa é um fenômeno contemporâneo, sendo assim uma forma de construção social da sociedade capitalista moderna e da luta de classes. O envelhecimento da população passa a ser tratado como um problema social e não uma conquista da civilização humana pela longevidade. Capucha (2014) que afirma que o envelhecimento é resultado do progresso social, da melhoria geral das condições de existência - no âmbito da saúde, educação, trabalho protegido e outros, enquanto o Estado não trata desse fato enquanto um segmento social e informativo, não passando e prolongando essa discussão em suas gerações.

Entretanto, abordar o envelhecimento do trabalhador, como expressão da questão social, segundo Teixeira:

Implica o resgate dos determinantes econômicos, políticos, culturais que engendram essa problemática social, na ordem e no tempo do capital, bem como das lutas sociais que problematizam necessidades não satisfeitas. Com o desvendamento destes determinantes, vamos perceber que o processo de envelhecimento da classe trabalhadora se torna uma "problemática social na ordem do capital, em virtude da vulnerabilidade em massa dos trabalhadores, em especial os que perdem o valor de uso para o capital, pela idade. (TEIXEIRA, 2009, p. 67).

A assim vamos ter a velhice trágica, segundo Eneida Haddad, devido as péssimas condições de vida e de trabalho, ao longo de sua existência. Contudo, a problemática social do envelhecimento dos trabalhadores na sociedade capitalista brasileira, faz com que pelas lutas e pelos mecanismos organizativos e reivindicatórios

da classe trabalhadora, pressionam o Estado por respostas, que mediante políticas sociais, atende a demanda dos trabalhadores envelhecidos. Mas, é importante ressaltar que as políticas sociais se inserem em quadro de interesses contraditórios, ou seja, ainda conforme Teixeira (2009) os “atendidos pelo Estado capitalista, ou repassados para a sociedade civil, para obter e manter a hegemonia das classes dominantes, isto é, o consenso em torno da dominação”.

Agora entrando no âmbito da parte mais apurativa e legislativa, é de conhecimento pressuposto que enquanto operação constitucional, é direito de todos o direito à vida, a dignidade e a longevidade, sendo direitos de cidadania e um dever do Estado. Iniciando seguindo Berzins (2003) em que diz que a agenda pública estatal acaba por incorporar a execução de políticas que garantem o envelhecimento de forma digna e sustentável, além de execução de políticas que promovam o envelhecimento sendo ativo, propiciando qualidade aos seus anos de vida conquistados, e também, a implementação de políticas e programas que promovam uma sociedade inclusiva e com coesão para todas as faixas etárias. De acordo com o Ministério do Planejamento na composição das agendas transversais para o Plano Plurianual – PPA 2012/2015, onde menciona:

As políticas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas são transversais a várias áreas de governo. Pela mesma razão, os compromissos do governo federal com o atendimento dessa população estão dispersos em diversos programas temáticos do PPA 2012/2015, em especial o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e também no âmbito da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade e da educação. (BRASIL, 2013, p. 70)

Desse modo, consta em que são ações que funcionam em diferentes administrações e com políticas também diferentes, trazendo assim uma certa forma de mudança a agenda pública em relação as demandas do segmento social. Sendo também enquanto direito à cidadania, a cidadania do idoso enquanto o direito ao envelhecimento com dignidade e amparo as suas necessidades, o que consta juntamente ao Estatuto do idoso, criado pelo governo brasileiro em 2003:

art. 2º: “[...] que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana assegurando-lhe todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.”

Acaba por ser uma conquista dentro da nossa sociedade o fato da existência de um instrumento legal que ampara os direitos da população idosa, mesmo que entre esse marco legal ainda exista dificuldades e lutas para as efetivações, tendo a necessidade de muitas ações a serem feitas até a sua concretização. Também é entre eventos e conferências intergovernamentais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que são discutidos e estabelecidos os segmentos para acordos e compromissos para com o sistema de proteção social para as necessidades de todas as faixas etárias - realçando os mais vulneráveis, como crianças e idosos. Como exemplo também, a III Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, realizada em Costa Rica em 2012, a partir do tema “Envelhecimento, solidariedade e proteção social: hora de avançar rumo à igualdade”, onde em certo momento existe a citação:

[...] reafirma o compromisso expresso na Declaração de Brasília de não medir esforços para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas idosas, de trabalhar na erradicação de todas as formas de discriminação e violência e criar redes de proteção das pessoas idosas para tornar efetivos os seus direitos. (BRASIL, 2013b, p. 509)

Evidenciando desta forma mais uma necessidade dentro desse tema, levando em conta ainda mais o Brasil, existe a realidade de profundas desigualdades sociais, que geram consequências de muitas maneiras de se envelhecer, e para compreensão de que a velhice acaba por ser uma construção social de diversas formas e com diversos conteúdos históricos, seguindo esta linha: o envelhecimento acontece de várias formas e diferentes tipos de condições - desse modo, a necessidade é entender e levar em conta os fatores de gênero, raça e etnia, onde a velhice acaba por ser vivida de muitas formas diferentes para cada pessoa, seja homem ou mulher, brancos, negros e indígenas, além dos fatores sociais, econômicos e nas condições de vida (BERZINS, 2003). E enquanto mais um exemplo para essas condições, cabe mais uma vez fazer citação a III Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe que foi realizada em 2012, onde faz ressaltar as obrigações do Estado em relação ao envelhecimento com dignidade e direitos, em destaque visando a obrigação de certas formas de discriminação dentro do recorte de gênero:

A — prevenir, sancionar e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres idosas, incluindo a violência sexual; B — promover o

reconhecimento do papel que os idosos desempenham no desenvolvimento político, social, econômico e cultural de suas comunidades, destacando as mulheres idosas; C — assegurar a incorporação e a participação equitativa de mulheres e homens idosos no desenho e na aplicação das políticas, dos programas e planos que lhes dizem respeito; D — garantir o acesso equitativo de mulheres e homens idosos na Previdência Social e em outras medidas de proteção social, principalmente quando eles não gozem dos benefícios da aposentadoria; E — proteger os direitos sucessórios de mulheres viúvas e idosas, em especial os direitos de propriedade e de posse.) (BRASIL, 2013b, p. 516-517)

Assim, essas e outras, se tornam recomendações que formam como uma base para os desdobramentos da agenda pública estatal no nosso continente, com formas para enfrentar as necessidades e problemáticas que permeiam a realidade dos locais, visando equidade e justiça. Mas também acabam por evidenciar a necessidade dessas e outras reivindicações as necessidades da população que envelhece, este é um dos muitos tópicos que introduz as mudanças no sistema de segurança social e suas políticas para esse público, ainda também tendo de enfrentar o baixo investimento e desamparo para essas. Juntamente a isso, acaba por se concluir que é devido aos diálogos entre realidades dos países como nesses congressos e organizações citados onde se manifestam, acordam e se constituem as demandas da proteção e políticas a população idosa, em conjunto a mecanismos formais e legais que acontecem em cada cenário para a garantia de direitos da pessoa idosa, havendo institucionalidades que englobam políticas, programas e serviços tendo em vista o envelhecimento como o direito à cidadania que ele é, passando pelas dificuldades e desafios para com as condições que a realidade e o sistema que existe traz.

Fica então, enquanto os principais instrumentos legais a população envelhecida tendo em consideração a Constituição Federal de 1988: a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993); a Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994); a Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990); a Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa (Portaria n. 1.395/GM, de 10 de dezembro de 1999); criação do Conselho Nacional do Idoso (Decreto n. 4.227, de 13 de maio de 2002); Lei de Prioridade de Atendimento às Pessoas com Deficiência, aos Idosos, Gestantes e Lactantes (Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000); o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003), a Política Nacional da Assistência Social (Resolução do CNAS n. 78, de 22 de junho de 2004), o Benefício de Prestação Continuada (Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de

2007); a instituição do Fundo Nacional do Idoso (Lei n. 12.213, de 20 de janeiro de 2010).

Contudo, é importante ressaltar que apesar dos avanços e das conquistas na compreensão de direitos sociais e das políticas sociais, “elas desvelam que o envelhecer bem, com qualidade de vida, ainda é visto como responsabilidade exclusiva de cada indivíduo. Fato esse que reitera o discurso ideológico político de cunho neoliberal que se apresenta nos diversos ataques aos direitos sociais nos últimos anos”. (SOARES, et al, 2017, p. 189). Ainda segundo as autoras, entre eles podemos citar “seguro-desemprego, pensões por morte, auxílio-doença, aumento da DRU (Desvinculação de Receitas da União) para 30% e aprovação da PEC 55, que reverberam não somente para o segmento idoso, mas para toda a população brasileira”.

As implementações da PNI (Política Nacional do Idoso) o SUAS, que fornecem ações específicas para pessoas idosas sendo maiores de 60 anos que possam se encontrar em alguma situação de vulnerabilidade social, onde existem também o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que distribui serviços como PAIF (Proteção e Atendimento Integral a Família) e Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), para inclusão em serviços de proteção social básica, além dos serviços que são oferecidos enquanto programas de transferência de renda como Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Assim como a LOAS, que dentro do seu art. 2º já trazia prioridade a pessoas idosa: “A garantia de um benefício mensal de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993).

Ainda mais além de outras formas de implementar políticas nacionais aos idosos, enquanto políticas e benefícios, com vista de promover e preservar formas a dignidade e a assistência e integração da pessoa idosa como o “Relatório de Auditoria de Natureza Operacional” elaborada pelo Tribunal de Contas da União com o programa de Valorização e Saúde do Idoso. O período em que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) fica enquanto órgão gestor e fica responsável da política de assistência social no Brasil (criada por meio da Medida Provisória nº 162, de 23 de janeiro de 2004), juntamente a segurança alimentar e nutricional, a

assistência social, de forma a promover proteção social a famílias, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos, e a Secretaria de Assistência Social fica por conta de coordenar as implementações da política nacional do idoso, de forma a participar do Plano de Gestão Intergovernamental e sua proposta de orçamentos junto ao Conselho Nacional do Idoso, onde centros de atendimento aos idosos são considerados como um serviço de proteção social básica. Mas também fica para as gestões municipais em relação aos atendimentos as necessidades da população envelhecida, planejar e pôr em prática além do básico de espaços e eventos que acontecem de formas eventuais e superficiais, que reproduzem alienação ao público alvo e suas famílias sobre seus direitos.

Teixeira (2020), discute sobre como a família ao invés de ser vista de um modo que a família é vista como um todo e suas necessidades humanas, na verdade é vista pelo Estado até mesmo como uma contenção, já que a relação Estado-família na proteção social a partir do contexto neoliberal, acaba por desenvolver um papel a família dentro dessa proteção social o de maior responsabilidade pelo seu ente enquanto pessoa idosa dentro desse setor, com forma de potencializar e incentivar a parte de “cuidado familiar” para alienar e diminuir a cobrança do serviço e papel do Estado sobre a população envelhecida, criando uma expectativa social sobre a família – até mesmo desconsiderando os fatos de que existem muitas formas de desamparo e violência dentro das famílias e toda a complexidade das relações humanas, além do próprio mercado que obriga os indivíduos da família (a classe trabalhadora) a acharem formas de trabalho para sobreviver, sendo de toda forma um espaço contraditório; para o Estado cabe a família ser o maior agente de proteção social e contribuição ao bem-estar social a pessoa idosa, e as políticas sociais no Brasil colaboram nessa realidade perpetuando a centralidade da família, com políticas voltadas a convivência e núcleos familiares, como também exemplifica:

as políticas sociais brasileiras assumem a centralidade de suas ações na família. Em tese, dizem oferecer subsídios para que as famílias cuidem, assistam, gerem integração social pelos vínculos fortalecidos, ou seja, ressaltam que a família deve ser amparada para poder exercer essas funções e expectativas sociais. Todavia, esse suporte tende a ser apenas na perspectiva da gestão do risco social, com orientações, aconselhamento, visitas domiciliares e outras que incidem e exigem mudanças de comportamento e conduta. Mesmo os serviços em domicílio da política de saúde não ofertam cuidados materiais em si. (TEIXEIRA, 2020 p. 150)

Seguindo os fortes ataques as políticas sociais na atualidade, com ondas de defesa de ideais conservadores e expressões da extrema burguesia, segue-se mais uma vez a afirmação de Teixeira (2020, p. 151) que diz “A organização social do cuidado tem sido defendida por setores progressistas e conservadores”, colaborando com a alienação da população em torno de seus direitos e normalizando a culpabilização populacional e o familismo.

Pode-se concluir desta forma, que mesmo com os direitos conquistados, o Brasil ainda se vê longe de alcançar um estado de direito pleno para a população idosa, já que o país não trata desse assunto com a prioridade necessária, onde nem mesmo a população que necessitará e necessita dessas políticas sequer compreendem sua urgência; e a política de assistência social em geral acaba por não ser amparada nem financiada e muito menos bem discutida socialmente, o que acaba por resultar no desamparo a população que dela precisa, incluindo uma grande parte da população idosa.

Vendo dessa forma que o envelhecimento não é tratado da forma necessária pela qual deveria, já que existe além das suas políticas sociais, sendo marcado principalmente pela dura realidade do sistema e as consequências e expressões que esse traz enquanto pelas desigualdades sociais e inúmeras diferenças individuais que atacam diretamente a população que não faz parte da burguesia, enquanto sociedade de classes dentro desse modo de produção que acaba alienada sobre como fara parte da população envelhecida um dia, sendo exatamente essa classe trabalhadora e pobre a que mais sofrera pois não tem a possibilidade de comprar serviços que advém do mercado para o qual ele mesmo trabalha.

Teixeira (2020), ressalta que nesse contexto em que as políticas sociais desabam por esses movimentos neoliberais, e ataques até mesmo ideológicos, que será inevitável se deparar daqui alguns anos ou décadas com a regressão da conquista da longevidade, que novamente, em maioria chegara as consequências diretamente a população mais pobre, a mesma população que tem e terá seus direitos ainda mais atacados não só enquanto direitos do trabalhador mas também quando envelhecerem, por consequência dos próprios erros que advém dos sistema que visa o mercado enquanto desampara e aliena sua população.

Assim, houve avanços e conquista na compreensão dos direitos sociais e das políticas sociais, entretanto, neste Estado neoliberal, vemos a cultura privatista que para Teixeira (2009, p. 70) tem dois lados: 1) transfere para a sociedade civil, as responsabilidades sociais, na simbiose público e privado, vemos no trabalho social com as pessoas idosas na modalidade de filantropia, ONGs, entre outras; 2) nos documentos oficiais, reforça a responsabilidade individual, cada indivíduo é responsável pela qualidade de vida, transforma os problemas sociais em problemas individuais. Ainda segundo a autora “as simbioses entre o público e privado se expressão, nas retóricas de ampliação da esfera pública para a sociedade civil, para o privado, por meio da participação ativa de suas organizações, que mascara a cultura privacionista”

Fica a necessidade de desmitificar a farsa que é contada pelo discurso que advém do neoliberalismo como a única maneira para recuperar e manter o crescimento econômico e social. A política social deve ser vista como um investimento social, e não como um custo-benefício; dessa forma, arrecadando mais políticas para com a população idosa, e conseqüentemente, políticas que se desligam do familismo, sendo de forma equitativa e honrando o dever do Estado sobre suas demandas.

CAPÍTULO 3 – CONHECENDO A UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE – UNATI/UNESP – CAMPUS DE FRANCA

Este capítulo, visa mapear o objeto de estudo, ou seja, “o programa da Unati - Campus de Franca, na pandemia do COVID-19, se propiciou a integração entre aos unatianos, por via virtual, numa perspectiva emancipatória”, vamos mostrar o percurso metodológico desta investigação, mostrando Universidade Aberta a Terceira (UNATI-UNESP-CF), universo da investigação, a criação, seus objetivos e seus desafios enquanto programa de extensão universitária que presta serviço à comunidade à comunidade idosa de Franca e região.

3.1. UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE: AVANÇOS E RETROCESSOS

Levando em consideração o que fora discutido nos capítulos anteriores, cabe neste refletir acerca do lócus da pesquisa, ou seja, a Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI), para tal, optou-se pelo método materialista histórico-dialético, uma vez que ele corrobora com o aprofundamento da temática, ao buscar a partir do movimento histórico, dados concretos que podem ser transcritos e mais bem elaborados em uma pesquisa.

Assim sendo, ao adentrar na raiz da história das primeiras políticas educacionais para o público idoso, Cachioni (2012) concorda que seu marco inicial foi na França em 1962, onde o país assume através de reformas político-administrativas, uma nova forma de integração dos (as) idosos (as) no cotidiano francês e no mundo do trabalho, tendo como conceito fundante a expressão “terceira idade”, que surge mais especificamente em 1968, representando segundo a autora um sinônimo de envelhecimento ativo e independente. Para ela, neste mesmo ano foram criadas através das políticas educacionais francesas, as Universidades do Tempo Livre, a fim de proporcionar inclusão dos mais pobres, pela via da alfabetização, do acesso a saúde, da religiosidade e civilidade. Contudo, o ponto principal deste tema ocorreu em 1973 a partir das pesquisas de Pierre Vellas, professor francês que lecionava ciências humanas e sociais na Universidade de Toulouse, que por sua vez, ao viajar por países ora não desenvolvidos deparou-se com a exclusão de idosos (as) frente aos direitos sociais, fazendo com que o mesmo se especializasse em política internacional para idosos, criando na universidade em que lecionava um programa chamado “*Université du Troisième Âge*” (Universidade da Terceira Idade). A qual tinha como premissa proporcionar aos idosos e idosas integração social, a partir da análise das experiências de vida e dos discursos trazidos por esses (as) estudantes, fazendo com que eles se conectassem aos assuntos referentes a saúde e educação, fazendo-os voltarem a ter interesse pela vida e assim modificar a imagem do velho e da velha perante a sociedade, que por sua vez, os enxergavam por uma ótica pormenorizada. De acordo com a mesma autora, a integração destes (as) alunos (as) idosos (as) com a universidade de Toulouse, gerou uma série de desdobramentos, segundo ela Vellas cria em 1974 unidades-satélites deste mesmo projeto e na década de 80, elabora um programa educacional voltado a aposentados (as), que prezava pela formalização educacional de seus participantes, junto a criação de centros de pesquisas gerontológicas (ora levantados dentro desses mesmos espaço), onde fruto científico

desses era direcionado ao avanço do saber científico e aos (as) próprios (as) estudantes idosos (as).

De acordo com Almeida e Oliveira (2013) a criação de programas voltados para a população idosa nas universidades só ocorre, porque o envelhecimento populacional foi uma conquista específica do século XX, já que nos demais séculos por conta da falta de investimento estatal em políticas públicas e sociais, homens e mulheres não chegavam a vivenciar a velhice, mas a partir do momento em que a população clama e se mobiliza por investimento em assuntos como: saúde, educação, sociabilização, pode-se enfim criar políticas que assegurassem mesmo que minimamente o processo de desenvolvimento econômico e social do segmento idoso, garantido assim a chegada a velhice. Gonçalves e Soares (2013) afirmam que o envelhecimento populacional pode ser considerado uma das maiores conquistas da humanidade, segundo as autoras o Brasil é o décimo país que possui em sua população um número relevante de idosos e idosas, de acordo com elas em 2050 serão 100 crianças para cada 172,7 pessoas envelhecidas, demandando assim atenção em todos os campos de conhecimento que lidem com essa temática.

Este crescimento da população idosa, é considerado por Soares e Di Gianni (2008) como “acelerado” e requer dedicação e formação de profissionais competentes que lidem diretamente com essa fase específica da vida humana, uma vez que para as autoras a formação profissional adequada, possibilita a desconstrução de crenças arraigadas e tabus, não estigmatizando assim o velho e a velha como “problema social”, mas sim como um humano comum, com capacidade produtiva e poder de decisão frente a questões que lhes dizem respeito. Pois,

O culto ao novo, ao atual e ao moderno transformou o processo de envelhecimento em um martírio levando, muitas vezes, a uma exclusão social causando temor às pessoas que envelhecem. Esse “suposto martírio” é percebido aos primeiros sinais de passagem do tempo. Nessa perspectiva, é importante compreender o envelhecimento como um processo que ocorre naturalmente com os indivíduos ao longo de suas vidas, não sendo um fenômeno que ocorre rápido e isoladamente (DELL-MASSO, 2009, p. 28)

Cachioni (2012) afirma que referente aos programas educacionais voltadas ao público idoso no Brasil, ocorre entre as décadas de 60 e 70 do século XXI, a partir da efetivação da previdência social e das políticas de aposentadoria, sendo inaugurados através do Serviço Social de Comércio (SESC), os denominados Centros de Convivência de Idosos (CCI), que se apresenta como um novo modelo de política

pública/social, voltado a pessoa idosa. Gonçalves e Soares (2013) afirmam que este novo modelo visava romper com a recorrência da prática asilar instaurada no país, podendo ser considerados como: um local de permanência diurna que oferta atividades em grupo e ações voltadas ao público idoso, valorizando a sociabilidade, o fortalecimento de vínculos, gerando transformações sociais em todo território nacional. Para elas o trabalho realizado pelo SESC possuía os mesmos referências franceses citados no início do texto, sendo composto por cursos e oficinas que visavam atualizar informações e desenvolver uma perspectiva modernizadora em seus (as) usuários (as), a partir do incentivo à produção de novas habilidades, e assim “adequar e adaptar” o idoso e a idosa a um tempo social, segundo as mesmas de rápidas mudanças dos valores e do comportamento.

Após essa exposição cabe a reflexão, de que por mais que a integração dos idosos e idosas no SESC e no CCI, pode ser considerado uma grande contribuição com o respaldo para este segmento populacional, não se deve omitir que a integração do idoso e da idosa nessas instituições ocorreram dentro de uma ótica positivista, uma vez que elas tinham como pressuposto a “utilidade” do velho e da velha, para com a nação e ao mercado de trabalho, frisando em seus cursos e oficinas a capacidade dos (as) mesmos (as) de adaptar-se frente as novas demandas temporais, ditadas pelo mundo do trabalho e pelo sistema econômico vigente. Com esses programas já estabelecido no país, apresentaram muitas demandas e procuras, aumentando assim sua divulgação, fazendo com que pesquisas de cunho gerontológico fossem efetuadas.

Cachioni (2012) afirma que a Universidade Federal de Santa Catarina, é pioneira neste fazer, já que em 1982, a mesma já dispunha de um Núcleo de Estudo da Terceira Idade (NETI), podendo este ser considerado como o primeiro programa nacional, que possuía as mesmas referências da Universidade da Terceira Idade da França. Anos depois, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas inaugura um programa que replica este mesmo modelo, tendo como intuito proporcionar aos idosos e idosas um ambiente de aprendizagem e culturalmente estimulando, tendo o diálogo como base e amparo na sociabilização do grupo, incentivando seus (as) alunos (as) a exercerem plenamente a cidadania e não mais desperdiçassem seu tempo livre. Contudo, a autora afirma que diferentemente do perfil dos franceses os (as) idosos

(as) brasileiros (as) não apresentavam demandas de solidão e inatividade, mas sim de condições de vida precária, porém ativas, assíduas e engajadas socialmente.

Mesmo que essas propostas tivessem influências positivistas, cabe segundo Almeida e Oliveira (2013) destacar que o sucesso destas atividades, inspiraram a criação da Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI), que contou com a assessoria de Paulo Freire na discussão acerca de sua proposta pedagógica. As autoras também afirmam que a UNATI é configurada como um espaço de sociabilização e implementação de políticas de integrações referentes as questões do envelhecimento humano, estabelecidos pelo Plano de Ação Internacional de Madri, preservando assim a memória e identidade do ser social ora envelhecido, frente a transformações históricas, sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira. Atualmente o Brasil conta com mais de 200 programas dessa natureza, presentes em várias instituições de ensino superior, caracterizados como projetos de extensão universitária. Configurando-se segundo Cachioni (2012) como uma modalidade educacional de natureza não-formal, já que o intuito destes programas não é certificar ou profissionalizar alunos (as) idosos (as), mas, sim gerar reflexões e possibilidades de aprendizado ao longo da vida. Para a autora um ambiente universitário multidisciplinar propicia aos idosos e idosas uma troca de experiências intergeracionais, dignificando esse período da vida.

Uma vez que para Soares e Di Gianni (2008) o acesso a aposentadoria e o desligamento da rotina de trabalho, causaram mudanças significativas na vida de muitos (as) idosos (as) brasileiros (as), tais como: a redução de renda, sensação de improdutividade e ociosidade, junto a perda da relevância político-social, fazendo com que o idoso e a idosa interpretassem a vida sob o estigma da velhice mórbida. Sendo segundo as autoras, um grande desafio da atualidade, pois com o aumento da expectativa de vida, aumentou-se também as exigências da sociedade acerca dos direitos e acessos ora proporcionados pelo Estado, voltados ao segmento idoso. Por isso que Cachioni (2012) acredita que a Universidade Aberta a Terceira Idade a partir do ensino e aprendizagem disponíveis em seus cursos e oficinas, proporcionaram mudança de paradigma acerca da velhice, pois o programa conta com a autonomia enquanto premissa base. Para ela, o idoso e a idosa frequentam a UNATI motivos intrínsecos, tendo a liberdade de seguir ou abandonar o programa a qualquer momento, expressando assim o conceito de educação emancipadora de origem

freiriana e da universalização do direito de aprender, sendo estas não pertinentes somente aos mais jovens, pois, o espaço universitário foi a por muito tempo ocupado majoritariamente por estes. Ela conclui que ao universalizar o direito e o acesso à educação, legitima-se também a longevidade vital da condição humana, uma vez que enquanto houver vida, o ser social poderá desenvolver-se e aprimorar-se, não cessando na velhice esse potencial e através da militância e da busca de investimento nessa área, a Universidade Aberta a Terceira Idade se tornaria ainda mais efetiva como equipamento educativo e social e também como promotoras de pesquisa e geradoras de novos conhecimentos para a toda população.

Não dá para se aprofundar no objeto da pesquisa sem antes citar a Lei nº8842 de 04 de janeiro de 1994, mas conhecida como Política Nacional do Idoso (PNI), que passou a tratar os (as) idosos (as) dentro da ótica da descentralização e da participação política, criando a partir desta, de acordo com Oliveira (2003) o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) e no fim década de 90, o Programa de Apoio à Pessoa Idosa (API) voltado a prestação de serviço técnico-financeiro para pessoas acima dos 60 anos. As características preventivas e promocionais deste programa, faz com que o mesmo se inserisse no conjunto dos Serviços de Ação Continuada (SAC), já que as necessidades socioassistenciais da época não eram o bastante, fazendo com que surgissem novas modalidades de atendimento aos idosos e idosas, tais como: os Centros de Convivências de Idosos e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Para Souza (2016) um CCI pode ser considerado um projeto social administrado pelo poder público-municipal, que tem por finalidade a criação de um espaço, onde proporciona-se melhor bem-estar e qualidade de vida para população idosa local, prevenindo assim o isolamento social. Já os SCFV, segundo a mesma são serviços socioassistenciais tipificados sob a ótica da proteção social básica que atua na prevenção de situação de risco e vulnerabilidade social. Os dois programas possuem conexão com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e são articulados ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), tendo como objetivo, desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade ao espaço, incentivando a socialização e convivência comunitária. A diferença entre um e outro é que o SCFV não é direcionado apenas para idosos (as), mas para todo público que dele necessita, porém, tendo em vista que a pessoa idosa por motivos atrelados a sua

condição econômica e biológico-temporal, muitas das vezes tornam-se dependentes de seus familiares e quando esses os rejeitam, os mesmos caem em quadros de exclusão, vulnerabilidade, isolamento social entre outras expressões de omissão e violação de seus direitos.

Sendo assim, a constituição de um espaço de fortalecimento de vínculos para este público faz com que o SCFV seja primordial para a qualidade de vida no país, já que o mesmo preconiza atividades que:

Visam a um processo de envelhecimento saudável, ao desenvolvimento da autonomia, da sociabilidade, fortalecimento dos vínculos familiares, convívio comunitário, prevenção de situações de risco social. [...] esses serviços perpassam a complexidade da realidade do público atendido. Nesse sentido, o SCFVI perpassa a essência do envelhecimento humano. (SOUZA, 2016, p.114)

Deve-se especificar que mesmo com as influências francesas e norte-americanas no surgimento dos primeiros programas voltados a população idosa, notou-se o impacto social desses serviços, pois, o trabalho dos profissionais que atuam nesses programas visa objetivar a eficácia e integralidade dos centros de convivência na vida de idosos e idosas. Gonçalves e Soares (2013) em seu artigo afirmam que o (a) assistente social ao exercer sua profissão dentro dos Centros de Convivência, deve ter como premissa básica a pedagogia freiriana, visando a emancipação humana e a convivência entre os seres, para que se reduza o quadro de isolamento social. Para as autoras um trabalho como esse deve valorizar as potencialidades, particularidades e as narrativas de vida de cada um, uma vez que o envelhecimento humano é heterogêneo e este se expressa de forma intrínseca. Neste sentido, deve-se deixar exposto que:

O objetivo primordial de um centro de convivência é a melhora da qualidade de vida das pessoas idosas através da sociabilização. Os objetivos específicos perfazem a atualização do conhecimento; acesso à informação; inclusão social; reflexão sobre envelhecimento humano; aquisição de novas habilidades; desenvolvimento do protagonismo; identidade e potencialidades; fortalecimento de vínculos de efetividade e apoio; desenvolvimento de projetos de vida; enfim, consolidação de uma velhice satisfatória, ativa e saudável. (SOUZA, 2016, p.71)

Para Gonçalves e Soares (2013) a UNATI pode ser considerada um CCI inserido dentro da política educacional, uma vez que ela proporciona convivência e trocas de experiência entre idosos (as) dentro de um determinado espaço físico. Exercendo também a função de fornecer respostas aos órgãos representativos do

Estado, através da obtenção dos dados obtidos pelo próprio cotidiano e pela narrativa dos (as) usuários (as), rompendo assim com a “aceitação” da não-materialização da proteção social voltada a pessoa idosa, pois, algumas instituições acabam por culpabilizar a pessoa idosa pela sua própria situação de vulnerabilidade, fornecendo a ela aspectos alienantes como “solução” para o bem viver este período vital. Segundo as autoras o recolhimento desses dados faz com que o (a) pesquisador (a) transcenda a aparência e vá direto a essência do fenômeno, cobrando de seus órgãos representativos uma resposta para a demanda que se apresenta.

Assim sendo, ao investigar a origem da UNATI, notou-se que a evolução deste programa se deu através da evolução de seus (as) próprios (as) usuários (as) e das políticas públicas e sociais, de acordo com Costa, Soares e Poltronieri (2013) o perfil destes (as) usuários (as) são os (as) de cidadãos (ãs) que lutam pela sua autonomia e pela efetivação de seus direitos, segundo elas, o surgimento da PNI, do CNDI, das UNATIs e CCIs, entre outros programas, podem ser considerado conquistas oriundas da força da população trabalhadora ora envelhecida, já que estas criações atuam diretamente com os princípios de universalização dos direitos sociais, políticos e civis, prescritos na Constituição brasileira de 1998.

Indo também de encontro com as normativas previstas no projeto ético-político da profissão, fazendo com que os representantes destes serviços atuem sob visão crítica acerca do contexto social em que a seus (as) usuários (as) se inserem, com a finalidade de aprimorar, criar e reivindicar direitos junto dos (as) mesmos (as). Um exemplo deste fazer, torna-se concreto no estudo de Poltronieri (2018) ao relatar que a UNATI surge através da eficácia e do direcionamento dado pela PNI, pois, essa dispõe de instrumentos precisos que ajudam no alcance da autonomia, integração e participação dos idosos nos serviços prestados, esta política se embasa no paradigma da cidadania plena, no qual valoriza a integridade do ser social e de toda sua condição biopsicossocial. Não obstante, essas diretrizes influenciaram também o fenômeno educacional, principalmente ao que tange o segmento idoso, a partir das apresentações de medidas para a adequação curricular, dos materiais didáticos, das aulas, cursos, oficinas e do modelo pedagógico adotado, todos esses priorizam a abordagem freiriana, e proporcionam um ensino-aprendizagem emancipatório, participativo e holístico, desconstruindo assim o preconceito em torno do processo de envelhecer, que na atualidade ainda é permeado de crenças e tabus.

3.1.1 UNATI/UNESP/FRANCA: UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa são as instituições não residenciais do município de Franca, São Paulo, CCI, Centro dia e a UNATI. O recorte foi a UNATI pela aproximação dos pesquisadores com a instituição. Posto isto, deve-se apresentar como se configurou a UNATI dentro da A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), e para tal é necessário citar Dell-masso (2009) que em seu artigo declara que o núcleo central das UNATIs pertencentes a Unesp, foram institucionalizados pela Portaria UNESP nº191, de 07 de maio de 2001, vinculando-a Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX). Porém, de acordo com a autora o projeto começou a ser discutido a partir da implantação do Projeto Sênior em 1993, no qual permitiu o acesso e integração de pessoas idosas nas Universidades Públicas, tendo como resultado deste, a troca de experiências, a transmissão e aperfeiçoamento de habilidades e a preservação da identidade cultural, todas essas ações foram obtidas através da própria convivência cotidiana e pela via dos relacionamentos intergeracionais. Segundo a mesma autora, na atualidade cada campus da UNESP possui uma UNATI (atualmente conta-se com 24) e cada uma delas possui autonomia e características próprias. Para Dátilo *et al.* (2015) a inserção dos (as) idosos no meio acadêmico é uma das obrigações da Universidade Pública, para ela no final de 2014 as UNATIs pertencentes a UNESP contava com 5.020 alunos, de ambos os gêneros com idade a partir dos 45 anos, e por mais que o Estatuto do Idoso considere idosa pessoas com 60 anos ou mais, a UNATI atende alunos (as) idosos (as) com idade inferior devido a grande procura por suas atividades.

Neste sentido cabe afirmar que a UNATI, a partir de Soares e Di Gianni (2008) dentro das Universidades Públicas, tem como fundamento envolver a pessoa idosa como protagonista do seu próprio processo de envelhecimento, ao construir junto dos seus usuários e usuárias uma velhice característica da nação, incentivando esses indivíduos a ocuparem espaços já existentes e também criar outros espaços singulares que valorizem a diversidade do envelhecer. Contudo, segundo as mesmas, os dispositivos legais até o momento, não são o suficiente para garantir a implementação das UNATIs em todas as regiões do Brasil, negando assim o acesso dos que mais necessitam deste programa. Logo, o programa necessita do aporte fornecido pelo Serviço Social e de seus (as) profissionais, por ser uma profissão que

atua diretamente com políticas e direitos sociais, e por terem como princípio fundante de seu trabalho a Questão Social, sendo ela um conjunto de expressões que definem a desigualdade perante o domínio de um modelo econômico capitalista, não obstante, o processo de envelhecimento correlaciona-se a esse modelo, sofrendo assim todas as limitações impostas por ele.

Aprofundando ainda mais o debate, cabe compreender a origem da UNATI, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP campus de Franca -SP), unidade onde este presente trabalho fora desenvolvido, e para isto deve-se recorrer a Soares e Di Gianni (2008) precursoras do projeto, nas quais afirmam que, o mesmo surge em 1993 como iniciativa de uma proposta de trabalho do curso de Serviço Social, mas se consolida em agosto de 1996, seu objetivo principal era trabalhar em eixos temáticos como: construção de cidadania na era da velhice, transmissão de informação acerca da atualidade conjuntural, reflexões acerca do cotidiano, papel do idoso e da idosa no município de Franca e a efetivação de seus direitos sociais dentro da sua cultura e regionalidade.

Segundo Souza (2016) a instituição de uma UNATI, dentro da UNESP de Franca visa romper com a lógica asilar permeada no município, segundo ela, com o aumento populacional regional, aumentou-se a necessidade de criação de um novo formato de política social, a fim prevenir o aumento acelerado da exclusão social de pessoas idosas. Todavia, ela também afirma que o município de Franca, desde 2009 conta com a criação de um Centro de Convivência de Idosos “Lions Sobral”, e em 2012 é fora formalizado mais quatros CCIs, junto a outros serviços, como: o Clube da velha Guarda, Projeto Vida Viva e trabalhos voltados a este segmento efetuados pelos Centros de Saúde.

Faz-se necessário compreender o papel do Estado, frente ao investimento destes serviços, a partir Dell-Masso (2009) notou-se que o Estado brasileiro tradicionalmente garante apenas mínimos sociais, muitas das vezes sendo omisso as suas responsabilidades, ora prescritas na Constituição de 88, ficando para a sociedade civil, órgãos estudantis e outras associações, construir locais que respondam as exigências da população idosa. Para a autora a UNATI é uma dessas, visto que mesmo que ela seja qualificada enquanto extensão universitária, todavia, não perde sua relevância no amparo social, e seu valor enquanto instrumento de pesquisa e ponte para a melhoria da construção do conhecimento.

Na opinião de Poltronieri (2018) a UNATI campus de Franca, mantém esses mesmos princípios ao valorizar o trabalhador e a trabalhadora enquanto ser social ora situados na velhice, e junto com uma equipe multidisciplinar cultivam a construção da plena cidadania, da equidade, da liberdade de expressão e dos princípios democráticos. Costa, Soares e Poltronieri (2013) declaram que a UNATI/Franca também presta serviço para a população idosa que mora em pequenas cidades aos arredores, segundo as autoras, o perfil dos alunos e alunas são a de indivíduos com idade igual ou superior a 45 anos, dispostas a participarem de atividades coletivas, e que demonstrem também interesse e disponibilidade em discutir questões relacionadas a conjuntura, direitos sociais e o pelo próprio processo de envelhecimento.

A equipe do projeto é composta por uma secretária, professores voluntários, estagiários do terceiro e quarto ano do curso de Serviço Social e duas assistentes sociais (também docentes da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais) que além de coordenam a extensão, realizam semanalmente supervisões e orientações para seus estagiários e toda a equipe. Tornando por meio dessa rede de apoio multidisciplinar, mais fácil o caminho dos (as) idosos (as) pela busca do conhecimento, pelo acesso à universidade e pela da convivência grupal, visto que o espaço universitário é bastante plural, repleto das mais randômicas culturas e ideologias. Para elas a abordagem freiriana, junto ao materialismo histórico-dialético devem reger quaisquer atividades propostas pela extensão, não somente por ser um dos princípios fundantes do projeto, mas por fornecer técnicas e respostas que abrangem essa temática, tornando nítido que qualquer atividade proposta pela UNATI/Franca possui relevância social, por se preocupar com o segmento idoso e toda trajetória de vida que constitui seus (as) usuários (as) enquanto cidadão (ã). O trabalho desenvolvido na UNATI, está em consonância com o projeto ético-político da profissão de Serviço Social, que visa romper com padrões discriminatórios e avançar para uma sociabilidade em que os diferentes sujeitos convivam numa sociedade sem opressão de classe, raça/etnia, gênero e todos os tipos de preconceitos.

Após contextualizar historicamente a UNATI, lócus da pesquisa, vamos mostrar o método eleito materialismo histórico dialético, que permite aproximações sucessivas à concreticidade, partindo do real para a dimensão reflexiva.

3.2. – MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO, ENVELHECIMENTO E QUESTÃO SOCIAL

Para o percurso metodológico dessa pesquisa, a principal ferramenta usada foi o método principal de análise sociológica de Marx conhecida como materialismo histórico dialético, onde neste, Marx analisa a sociedade perante as classes sociais, indo de encontro com o recorte do tema da pesquisa e suas problemáticas dentro do sistema e da sociedade. De forma a iniciar o entendimento e o porquê do uso desse método, podemos iniciar usando a citação do próprio Marx (1969) que traz o ponto inicial para a abordagem dessa metodologia enquanto o reconhecimento da sociedade dividida em classes, onde diz que “os homens fazem sua própria história, mas não as fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1969.), onde ele diz que suas vidas e histórias acabam por serem limitadas as condições materiais e históricas de sua existência, evidenciando o materialismo enquanto uma condição diante a vida onde ocorrem contradições, acontecimentos e condições dentro da sociedade, sendo respectivamente sobre a relação de indivíduo e sociedade que é delimitada pela classe social em que ele está, sendo de acordo com ele, dividida por duas classes principais: os burgueses que são donos dos meios de produção, como monopólios dos meios de produção e o proletariado, os que vendem sua força de trabalho para a burguesia, sendo eles os que produzem tudo, inclusive o lucro da burguesia – resume-se assim a separação enquanto classes sociais; podendo ser exemplificada enquanto pirâmide: a burguesia está em baixa quantidade/porcentagem populacional mas se encontra no topo, enquanto o proletariado que está em maior porcentagem está na base, dessa forma, o proletariado é a estrutura que sustenta a superestrutura que é a burguesia que está acima.

Seguindo essa linha, enquanto conceito de ideologia, sendo ideologicamente a burguesia uma classe dominante pelo poder que exerce na sociedade, acaba por se tornar uma ideologia também dominante sob o proletariado, já que enquanto pirâmide, o proletariado ainda se encontra enquanto estrutura e classe que é dominada, sendo assim uma ideologia que vem decima para baixo, onde pode-se acontecer retenções de informações, manipulações, alienação e mediação da grande massa que sustenta a menor e precisa dessas ferramentas para se manter no topo da sua pirâmide. Como

de acordo com Lukács (1986) ao se consolidar como classe dominante, inicia-se a decadência ideológica da burguesia, que para dar continuidade a sua supremacia enquanto classe, não pode revelar as contradições da realidade, sendo dessa forma os vieses ideológicos burgueses acabam por abandonar um compromisso para com conhecer a realidade, sendo interpretada de forma superficial e fragmentada.

A partir disso, entende-se que o que é chamado de materialismo advém da materialidade da análise, Marx diz que não pode se fazer uma análise como se fosse um acaso – elas acontecem porque existem as circunstâncias das classes sociais – sendo assim, a vida/história de quem nasce na classe burguesa, vai ser sempre diferente de quem nasce enquanto proletariado; o materialismo acaba por estar ligado a realidade material do indivíduo. Usando a história enquanto uma ferramenta e como um veículo de informação, que conta e traz a informação dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que ela também vai se transformando a partir da dialética da contradição que existe entre a classe burguesa e proletariado; sendo que Marx se baseia nessa contradição e conflito entre a ideia que é dominante e a que é dominada, pois acredita que é isso que acaba por fazer a transformação da história.

Dando sequência a essa linha de Marx, de acordo com ele para que ocorra uma nova transformação na sociedade – seguindo a linha de que a classe dominada recebe a ideologia da classe dominante – haveria a necessidade que a classe proletária (classe dominada) tivesse consciência de classe, porque segundo suas análises, a classe proletária é alienada pela classe burguesa, onde nesse momento a classe proletária se veria como realmente é na realidade que vive: como uma classe que é explorada, e é isso o que move a análise na sociedade e a história da nossa sociedade.

Por isso esse método é usado como um método de análise da sociedade. Podendo ser desta forma, para essa pesquisa e tema abordado neste trabalho de conclusão de curso, pode-se dizer que o materialismo histórico dialético é usado como um instrumento teórico-lógico para interpretação da realidade do tema dentro da nossa sociedade que buscamos analisar, compreender e compartilhar a informação.

Para então entender o encaixe do tema sobre envelhecimento ao materialismo, inicialmente evidencia-se a problemática do processo de envelhecimento na sociedade moderna com referência teórica e metodológica do método de Marx: o

materialismo histórico dialético, sendo um método que permite debruçar no tema para além do exercício rotineiro e superficial do cotidiano que aliena, trazendo as perspectivas e questões pesquisados neste trabalho, trazendo o processo histórico que faz com que entendemos o presente através do passado e da história, tendo uma visão de totalidade da realidade. A escolha desse objeto enquanto método de pesquisa se dá pelos dados (que já foram trazidos ao decorrer do trabalho) a respeito do processo de envelhecimento populacional que ocorre mundialmente, mas que em específico, aqui no Brasil – seguindo pelos estudos e informativos das políticas públicas para esse público alvo do país, fruto da organização, lutas e reivindicações da classe trabalhadora. Assim, trazendo sua trajetória histórica e suas fragmentações que acontecem ao redor da temática de envelhecer na sociedade capitalista, onde as condições se dão pelo modo de produção da vida material, trazendo suas consequências na contradição entre capital e trabalho que vem através dessa realidade e acabam por perpetuar na vida e ainda mais na velhice dos trabalhadores; sendo dessa forma o uso do método de análise social de Marx.

Seguindo Konder (1988) onde expõe que o método de Marx é marcado pela crítica da dialética, assim como é formulada por Hegel, como quem mantém a ideia de conhecimento da realidade como um processo que está em constante movimento e contradição junto ao conceito de totalidade, que acaba por se associar ao posicionamento revolucionário marxiano. Já que para Marx (2007) a perspectiva dialética ganha base material e histórica e sendo de modo ontológicas as outras especialidades dessa realidade por quem as vive:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX, 2007, p.94).

Sendo ontologia de acordo com Forti (2009) uma perspectiva de investigação filosófica que de várias formas acaba remontando a Grécia antiga e pode-se definir como um estudo e conhecimento da realidade em sua essência. Desse modo, para Marx (2007), além da realidade não ser só independente da consciência, ela também é determinada pelo mundo material, sendo assim, como já dito, o modo que os homens produzem e reproduzem a vida material acaba por resultar as relações sociais

e as formas de consciência dos indivíduos na sociedade e seus momentos respectivos dentro da história.

Esse método de investigação de Marx, de acordo com Netto (2011) acaba por ter três categorias centrais: a totalidade, a mediação e a contradição. Onde seguindo essa afirmação entende-se então que Marx coloca a realidade como totalidade concreta (onde pode-se haver várias totalidades), mas todas suas formas acabam sendo contraditórias, que resulta em um dinamismo constante, e essa totalidade também por sua vez acaba tendo diferentes complexidades e modos entre si, mas em comum de toda forma acabam por ter a mesma mediação tanto externas quanto internas – onde acaba que fica para quem usa esse método identificar as relações desses processos. Netto (2011) também conclui que este seria o ponto de partida para o conhecimento, sendo o processo de alcançar o objetivo: a essência. Seguindo mais uma afirmação de Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 1984, p.14)

Fica por conta do pesquisador que utiliza de seu método, isolar o objetivo para tirar as determinações pelas quais sejam as mais concretas para só depois alcançar as mais simples, sendo um meio de conseguir várias destas determinações que irá então compor o objeto da pesquisa de uma forma que seja mais amplificada num ponto que seja possível conseguir fazer a análise desse objeto com totalidade, sendo composta por determinações que estão ligadas por mediações. É dessa forma que o materialismo histórico dialético faz com que seja compreensível o objeto da pesquisa por meio desse método, tanto no âmbito da aparência como no objetivo de essência. Assim, o envelhecimento na perspectiva de totalidade social, implica em romper com a “homogeneização a-histórica atribuída ao processo de envelhecimento e à população idosa, como se o envelhecimento biológico e demográfico fosse uma condição unificadora e as problemáticas sociais que atingem os trabalhadores fossem inexoráveis a toda a população que envelhece”. (TEXEIRA, 2017, p. 199)

Dando sequência dessa lógica, trazendo o objetivo dessa pesquisa em questão neste trabalho, seguindo esse método e a realidade da vida na sociedade capitalista

e a divisão de classes, fica a reflexão e evidencia de problemáticas sociais do envelhecimento, que se torna de frente a sociedade uma questão fragmentada e sem grandes enfoques analíticos, sua relevância e trajetória histórica sobre envelhecer na sociedade do capital, já que as próprias ideologias dessa classe dominante esta pregada a ocultar e não compreender nem totalizar as necessidades que esse mesmo sistema impõe na vida do indivíduo que vive nela e tem suas necessidades específicas, sem grandes debates sobre buscando o mínimo para conter e continuar alienando sua classe dominada, desconsiderando as contradições que são produzidas pelo modo de produção capitalista. Sendo o envelhecimento, um processo natural e irreversível a todos os seres vivos, que é concebido por vários fatores das transformações biológicas que são degenerativas pelo fator do tempo cronológico, onde se aumentam as probabilidades de morte, mas sem necessariamente significar a ocorrência de patologias (BRASIL, 2006). Mas essa afirmação acaba por bater de frente com a realidade, já que o envelhecimento não pode ser categorizado apenas como um fator biológico, já que o ser humano se distancia do ser animal natural por se construir como um ser social – já que o homem transforma a natureza para sua própria necessidade e interesses, como o trabalho sendo uma categoria fundamental do ser social enquanto uma atividade específica do homem (FONTI, 2009, MARX, 2007). Ainda em continuidade a Marx (2007), é nesse processo onde o homem modifica a si mesmo, produzindo novas necessidades.

E acaba sendo assim, e se evidencia que o envelhecimento não se constitui somente enquanto um fenômeno biológico, já que a humanidade não está apenas em torno dos aspectos orgânicos e inorgânicos; a partir do momento que o homem se vê enquanto um ser social e esse processo de vida e sistemas dentro da sociedade traz novas contradições e imposições, o envelhecimento por sua vez, cabe a ter a necessidade de ser visto como e com totalidade, claro, mantendo o conhecimento biológico e suas necessidades em torno disso, mas também incluindo suas outras necessidades e determinações, seguindo o método que visibiliza a realidade pelo modo como se é organizada a produção e reprodução da vida material, que acaba por muitas vezes culpabilizar e banalizar a população idosa pela perda de “valor” dentro do capital que não pode mais explorar as sua força de trabalho, além das formas diferentes de envelhecimento que ocorrem dentro de classes sociais diferentes.

O envelhecimento é um processo que é resultado da vida individual e social, profundamente marcado pelas desigualdades sociais – de classes (e nos seus segmentos de classes), gênero, raça, etnia, regionais, dentre outras. Nessa dimensão, não é totalmente singular, antes, ao contrário, tem particularidades que se ligam à totalidade. Mas, ao mesmo tempo, não é um todo amorfo ou homogêneo, sem diferenças ou antagônicos, trata-se de uma unidade na diferença e com diferenças. (TEIXEIRA, 2017, p. 200)

Entrando, em enfoque no sistema capitalista dentro de todo esse enredo e o processo de envelhecimento, é necessário contextualizar as condições de vida da classe trabalhadora que se agrava constantemente pelo aumento sempre grande das contradições que advém do capitalismo principalmente após a crise de 1970, que de acordo com demonstrações encontradas em autores como Iamamoto, 2009; Bhering e Boschetti, 2006; Mota, 1995, que em consequência desses acontecimentos iniciam-se as várias formas de ataques a direitos sociais, com desvalorizações e cortes aos direitos sociais que até mesmo já eram poucos na época, sendo formas de ataques diretos à classe trabalhadora/proletariado e seus direitos sociais em enfoque. Segundo Iamamoto:

Assim, se de um lado, o agravamento da “questão social” – em especial o crescimento massivo do desemprego e níveis alarmantes da pobreza e requer maior cobertura governamental, de outro lado, o Estado passa a adotar estratégias de focalização, privatização e das políticas sociais. (IAMAMOTO, 2009, p.53)

Essas formas de ataques e falta de amparo do que é trabalho e dever do Estado acaba por afetar e muito a população idosa que já é negligenciada, trazendo retrocessos sociais à população, agravando as expressões da “questão social”, e a população idosa acaba por sofrer o dobro com essa realidade, pois sua introdução dentro do âmbito socioeconômico já é em normalidade de forma precária, além da desvalorização de sua vida constantemente pelo sua falta de contribuição na criação de lucro do capital e burguesia, os ataques aos direitos da população idosa acabam por se multiplicar com a crise e se perpetuam pela alienação e ideologia da própria classe dominante.

Nesse sentido e a interpretação do envelhecimento a partir do método de Marx, cabe-se então mais um recorte para com o que fica como uma certa conciliação a se fazer para com as mudanças psicossociais dentro do processo de envelhecimento com o modo de produção capitalista: onde o descaso com a população idosa na sociedade capitalista resulta em consequências à saúde não só física como a mental,

entendendo-a a partir das relações sociais. Por certa marginalização da imagem do idoso, dentro da realidade onde a população idosa é desvalorizada pelo seu momento de improdutividade no meio capitalista, sendo associado como um “peso”, a dependência, várias formas pejorativas sobre suas condições biológicas, e em um recorte maior ainda ao idoso da classe trabalhadora, que além de ter vivido toda sua vida tendo sua força de trabalho explorada, quando perde seu valor de trabalho passa a ser associado também a culpabilizações por estar em pobreza, com necessidades dentro do campo de ajustes fiscais e crises econômicas (como a previdência e a própria contrarreforma da previdência) – o envelhecimento acaba sendo usado como mais uma ideologia de manobra da classe dominante para justificativa a destruição dos seus próprios direitos, já que o que trabalha hoje será também a população envelhecida do futuro que sofrera com esses ataques.

E assim como analisa Teixeira (2009) para entender a questão social por dentro do envelhecimento, se busca em maioria entender e analisar o sistema de proteção social, visando a problemática para além do que é envelhecimento dentro de uma sociedade que existe e é marcada por desigualdades de classes, seguinte mais um recorte profundo a dentro do envelhecimento mais especificamente dentro da classe trabalhadora que acaba por ser a população mais amplamente necessitada da proteção social – mas na realidade, esse sistema acaba sendo um reprodutor de ideologias e discursos que massacram ou diminuem as problemáticas e necessidades que se constroem através da sociedade capitalista vindas do que já foi dito a partir da ideologia da classe dominante, sendo vista como mais uma forma de mediação e controle social, sem uma importância real em suprir e atender as demandas e necessidades que vão sendo criadas e/ou ampliadas durante a vida e trajetória histórica da sociedade e as situações e crises que acontecem em torno dela.

Esta entra então enquanto ferramenta do estudo e trabalho do Serviço Social a “questão social”, que segundo Netto (2001), em que diz que a lei geral de acumulação capitalista é a base por onde se dá a “questão social”, que por sua vez acaba por se tornar uma peça irreversível dentro da realidade desse modelo de produção; a questão social é a expressão da contradição entre capital e trabalho que resulta em várias manifestações negativas dentro da sociedade e a vida dos indivíduos como: o desemprego, a pobreza, a violência, o analfabetismo, entre outros. Eles se apresentam de diversas e diferentes maneiras pelo caminho de cada etapa do

capitalismo, com particularidades econômicas e históricas do país e as forças entre as classes, levando em conta que “questão social” também se encontra e é resistência e formas de luta.

Sendo assim, fica de forma evidente que dentro dessa formação social, os que vivem de trabalho acabam por serem marcados pela exploração e pobreza – enquanto esses mesmos trabalhadores explorados acabam por serem desamparados em relação às suas necessidades sociais, muitas vezes vivendo em estado de pobreza, com condições de vida precárias, sem acesso ou com acesso também precário a habitações, lazer, educação, saúde, entre outros. Desse modo o envelhecimento entra dentro da “questão social” que se dá por meio desse sistema e suas contradições, já que toda a trajetória da sua vida se encontra em torno da realidade material e enquanto classe, havendo envelhecimentos diferentes, mas em enfoque a classe trabalhadora, que acaba por envelhecer com precarizações e ataques sociais, sem receber um envelhecimento realmente saudável dentro da sociedade que tem como objetivo a expropriação dos trabalhadores de suas condições de vidas dignas – se adoecer de tanto trabalhar e buscar sobreviver durante sua exploração enquanto força de trabalho, o adoecimento continua e a exploração também depois e durante a velhice, apenas acaba por acontecer de formas diferentes. Parafraseando Teixeira “o capitalismo é antes de tudo um sistema de expropriação do tempo de vida” (TEIXEIRA. 2009, p.68).

Seguir a metodologia de Marx acaba por ajudar a evidenciar em maioria a questão social enquanto vulnerabilidade e precarizações em torno do envelhecimento da classe trabalhadora, sendo de conhecimento através de referências teóricas e históricas, que por toda a vida do indivíduo, ele será explorado enquanto sua força de trabalho quanto no âmbito social, e junto a isso as suas condições e tempo de vida dentro dessa realidade. O envelhecimento da classe trabalhadora se torna assim um enfoque por se tornar “descartável” a visão dentro do capital, onde estes indivíduos não tem mais valor para exploração e expropriação de seu tempo de vida e produção com seu trabalho; sendo por isso a necessidade desse recorte para entender que o envelhecimento acaba por acontecer de formas diferentes, pois ele acontece seguindo os processos produtores e reprodutores das desigualdades sociais, com o materialismo e a separação de classes sociais.

E ainda seguindo a metodologia de Marx, o materialismo e a força material de produção, a vida e o envelhecimento dentro da realidade do capital acaba por desvanecer o espírito dessa população explorada, que além de serem culpabilizadas individualmente pela precariedade que são colocadas, também é colocado como um cargo familiar o de suprir as demandas pela qual o Estado tem responsabilidade, sendo alienadas e controladas pela ponta da pirâmide, que necessita deles assim, em uma sociedade que é completamente em torno do trabalho, sendo naturalmente depreciada excluída e manuseada durante todo seu percurso de vida, mas que é ainda pior em seus critérios de idade, piorando-se mais quando se envelhece em torno e dentro da expropriação do capital.

Enquanto o capital cria e amplia várias demandas e necessidades da população, ele não se estende para esses tópicos, seu foco está sempre ligado o seu lucro, seguindo criando aspectos econômicos, políticos, culturais, que acarretam na questão social, que por sua vez perdem ou nunca se encontrar valor enquanto visão de uso do/para o capital e sua produção; os programas e políticas sociais tornam-se construções em torno de mediações, sendo utilizado como instrumento nos processos sociais que ocorrem na sociedade, como se fossem “respostas” aos problemas sociais que advém, são subsequentes da sociedade ao Estado.

Pode-se concluir que, o processo e o esforço analítico diante dessa pesquisa e trabalho de conclusão de curso, está em compreender o processo de envelhecimento enquanto totalidade, usando da história como a validação de conhecimento, evidenciando e apontando eventos e suas instituições para com a população envelhecida e suas necessidades e direitos além da oportunidade de estudo e suas batalhas em geral na sociedade, seguindo o método materialista histórico dialético usado como ferramenta para evidenciar a necessidade de entender o processo de envelhecimento enquanto um produto histórico que é determinado pelo sistema capitalista.

Esse método em sumo, pode-se dizer que é caracterizado então do movimento que acontece durante a vida dos homens em sociedade através da materialidade histórica, algo como descobrir fundamentos e acontecimentos que definem a forma de organização dos homens em sociedade através da história, e por, todavia, por ser usado enquanto método de análise da sociedade, ele pode ser utilizado em conjunto com outros – já que ele não exclui os outros.

Torna-se então mais um dos principais processos metodológicos utilizados nesse trabalho o método bibliográfico documental, além de fontes primárias como sites oficiais/governamentais, para dados e contribuições de informações, além de fontes secundárias como pesquisas, artigos e livros que decorrem e escutam o mesmo tema e objeto – sendo esses estudos, aos arredores das necessidades da UNATI e seus usuários, análises e estudos críticos em visão da vida ao envelhecimento na sociedade capitalista, com conjuntura as políticas sociais e a realidade de demandas e problemáticas em torno delas, com contradições e jogos de interesses ao capital e a classe dominante.

Sendo assim a metodologia se encaixa em origem marxista, por compreender e abordar a realidade social em sua estrutura enquanto totalidade, além da técnica “análise de conteúdo” também como uma ferramenta da metodologia para análise de dados enquanto uma pesquisa qualitativa. Sabendo-se que a metodologia é a principal ferramenta para qualquer pesquisa, delimitando assim as suas qualidades.

PERCURSO METODOLÓGICO

Partindo do pressuposto que para obtermos e escolhermos um objeto de pesquisa, inicialmente precisamos nos atentar a tópicos e acontecimentos que existem em torno da nossa realidade e que nos cause inquietação, curiosidade e/ou qualquer tipo de incomodo, e chegando neste momento de definição da escolha de objeto da pesquisa, seguimos então para a metodologia, que neste trabalho, escolhemos e usamos a pesquisa bibliográfica documental como maior ferramenta para pesquisar, entender, evidenciar e buscar conclusões para o objeto de pesquisa escolhido. Sendo deste modo trabalhado em categorias e métodos para chegar e comprovar sua cientificidade, sendo seu maior e principal passo o de definir o percurso metodológico.

Sendo a pesquisa bibliográfica e documental o principal processo metodológico utilizado, através de fontes primárias como sites oficiais e governamentais para dados e contribuições de informações, além de outras fontes como pesquisas, artigos e livros que estudaram e decorriam sobre o mesmo tema e objeto de pesquisa, vindo através de análises e estudos críticos em visão da vida e realidade do envelhecimento na

sociedade capitalista e suas expressões, sempre em conjuntura as políticas sociais a realidade de demandas e problemáticas em torno delas, com contradições e mediações em torno de interesses e controle social, juntamente nessa pesquisa bibliográfica e documental foram consultados autores significativos e críticos que estudam a temática e sua conjuntura como: Marx, Teixeira, Soares, Beauvoir, Campelo e Paiva, Eneida Haddad, entre outros. A pesquisa documental além da leitura dos documentos oficiais, também se ressalva a utilização de prontuários e regimentos interno da UNATI.

Nosso referencial teórico foi subdividido em dois capítulos: sendo o Capítulo I – denominado Envelhecimento Humano e Direitos Sociais, onde refletimos sobre o envelhecimento e a velhice numa perspectiva de totalidade, encaixando a realidade e necessidades do envelhecimento dentro dos direitos sociais, trazendo a historicidade e evidências que confirmam o tema de forma crítica, pontuando os recortes e problemáticas que existem dentro da realidade e vida em sociedade dentro do sistema neoliberalista e suas crises, que acarretam nos indivíduos do estudo, que acaba vulnerabilizando estes que vivem dentro desse sistema que ameaça o próprio sistema de proteção social que essa parte da população também precisa – e muito, este capítulo pontua as várias formas de desafios e enfrentamentos que a população envelhecida se encontra na realidade brasileira.

Enquanto o Capítulo II – denominado Política de Assistência Social: Avanços e Retrocessos, é onde analisamos também de forma histórica, a trajetória das políticas nacionais de assistência social e suas demandas, como o sistema colabora e propaga ideias que atacam e diminuem os serviços de políticas públicas que o Estado deve oferecer; em conjunto o capítulo também mostra a evolução do Serviço Social e seus espaços sócio-ocupacionais como um contexto para evidenciar as políticas de assistência social até o aprofundamento do recorte de demanda e políticas que se encontram diretamente a população envelhecida, pontuando também seus retrocessos, avanços e desafios que ainda se enfrentam dentro da realidade do país, sempre pontuando de forma crítica a realidade e até mesmos os recortes individuais que cada população enfrenta.

Dessa forma, salienta-se mais uma vez a afirmação dessa metodologia escolhida nesse trabalho, onde existiu o levantamento bibliográfico com leituras, revisões, análises e fichamentos dos textos, livros, artigos, documentos, entre outros

– todos pontuados nas referências – para compreensão e evidenciação histórica, levantamento de dados e análise sempre de forma crítica para com o tema e objeto de estudo escolhido, sendo esse estudo crítico uma das ferramentas principais para o estudo de conjuntura das políticas sociais na atualidade e realidade brasileira e todas suas expressões e contradições, enquanto uma questão social. E afim de compreender a estrutura da realidade social acabamos por entrar também dentro de uma metodologia marxista – como o método histórico dialético, que justamente foi utilizado nesse trabalho – enquanto mais uma ferramenta de estudo que confirma os programas e políticas sociais como fenômenos sociais, que por sua vez, acabam tendo suas expressões individuais dentro da realidade e seus recortes, sendo mais um método que confirma e novamente evidencia as expressões das contradições do capital trabalho, o método de Marx, acaba sendo um grande marco metodológico em conjunto com a pesquisa bibliográfica documental pois, ambos se validam e se concluem dentro desse tema, e de forma correta, escolhemos e apontamos os destaques que mais precisamos para validar nossos apontamentos e questões durante o trabalho.

Seguindo essa linha e entendendo como o grande conjunto que é, podemos dizer então que esse trabalho também se encontra como uma abordagem de pesquisa qualitativa, já que o tema se encaixa na realidade sobre relações humanas e suas consequências, onde segue a citação de Günther: “A primazia do “compreender a vida mental” reaparece em todas as discussões sobre a natureza da pesquisa qualitativa (..)” (GÜNTHER, 2006, p 202). Sendo esse trabalho e a forma de evidenciar a medida de que se estuda e analisa com criticidade o tema para então depois de compreendê-lo abordá-lo corretamente.

Contudo, pode-se dizer que para a elaboração e realização desse trabalho ser feito da forma crítica e científica como dito e esperado, toda a delimitação e metodologia vem de forma ampla e direta a todos os pontos e questões que se indaga e necessita, de forma que se encaminha em dimensões de raciocínios lógicos todos os eventos que acontecem até chegar o objetivo da pesquisa, e o método de pesquisa bibliográfico e documental juntamente a todos os outros métodos e técnicas citados foi o que encaminhou este trabalho a compreensão e dissertação da realidade abordada, como uma grande colaboração de recursos para chegar as respostas dos objetivos e entrega da pesquisa. Fica então como evidencia que a metodologia é o

que encaminha todo o processo e percurso da pesquisa, onde demonstra as razões dos caminhos e escolhas para percorrer esse estudo e construir nossas teorias e conclusões para o objeto escolhido, entendendo a realidade, individualidades e expressões deste.

MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

Logo após uma rigorosa acumulação de leituras, os autores desta pesquisa utilizaram-se da técnica denominada: análise de conteúdo, junto da abordagem qualitativa e do materialismo histórico-dialético enquanto métodos. Com intuito de dar maior aprofundamento e compreensão, acerca dos temas que vem sendo debatidos desde o início da pesquisa. Esta escolha, tem por finalidade, capturar pontos centrais presentes nos materiais coletados, e trazer a luz da reflexão, fatos e contradições que permearam os textos, artigos e documentos, ora lidos.

Neste sentido, deve-se considerar, a perspectiva de Severino (2017) acerca da análise de conteúdo. Para ele, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas, que permite decifrar conceitos, mensagens, comportamentos e narrativas, que se atrelam ao contexto histórico-temporal, vivenciado e refletido pelos próprios (as) pesquisadores (as), permitindo que estes (as) ultrapassem as incertezas presentes na hipótese de sua pesquisa. No entanto, o autor também elucida que, esta técnica pode ser incorporada por qualquer conteúdo que traz em si uma mensagem, sendo esta, verbal (oral ou escrita), gestual, figurativa ou documental.

Já para Gomes (2011) a análise de conteúdo dentro da pesquisa social, se dá através da descoberta do que está oculto no material e naquilo que está sendo comunicado, tornando assim as palavras, as frases, a narrativa e as orações uma unidade de análise. Nesta lógica, o autor afirma que, para a análise de conteúdo ser eficaz, deve-se criar categorias de análises, a fim de facilitar a conexão de aspectos comuns (presentes no arsenal bibliográfico da pesquisa) e verificar a interação entre eles. Para o autor as categorias são mencionadas para estabelecer classificações e agrupar elementos, conceitos e expressões, com intuito de gerar interpretações

pautadas na linha de pesquisa escolhida. Sendo esse procedimento, segundo o mesmo mais eficaz em pesquisas de cunho qualitativo.

Portanto, os autores recorreram a este modo de fazer científico, por propiciar de forma objetiva, o agrupamento dos conceitos centrais, obtidos através de leituras críticas, e assim fundamentar os pressupostos trazidos pela própria hipótese da pesquisa. Acreditando que esse procedimento consiga contribuir com a pesquisa em Serviço Social, com a formação de novas políticas públicas e sociais e com a compreensão da definição de Questão Social, ao elaborar novas interpretações e conceitos da história da existência humana, pautadas numa narrativa crítica.

CATEGORIA 1 - ENVELHECIMENTO E VELHICE NUMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE:

Para elaborar esta categoria de análise, recorreu-se aos temas centrais presentes nesta pesquisa, sendo um desses é a própria condição humana do velho e da velha no decorrer histórico, até a atualidade, com a finalidade de compreender os avanços e retrocessos que permearam este tema. Os autores optaram pela perspectiva de totalidade e pelo materialismo histórico-dialético para direcioná-los em suas interpretações.

Neste sentido, entende-se por perspectiva de totalidade, a partir do artigo de Silva (2012) enquanto uma categoria ontológica-gnosiológica, oriunda de reflexões marxistas, no qual interpreta a vida humana, através da realidade objetiva-material que se manifesta através do cotidiano. Esta categoria faz-se presente, tanto na vida profissional do (a) assistente social, quanto no campo científico e na formação do curso de Serviço Social, por fornecer interpretações e respostas aos anseios referentes a Questão Social e tudo aquilo que ela representa. Para o autor, a perspectiva de totalidade é composta pelos determinantes sociais que regem a condição sociopolítica de uma cultura, nação e conjuntura. E ao utilizá-la enquanto método o pesquisador ou a pesquisadora, devem apropriar-se da concreticidade presente na história, visando assim romper com visões pós-modernas, recheadas de abstrações, nas quais valorizam e mantêm o modo de reprodução capitalista, e sua ideologia.

Já para Teixeira (2021) o método histórico-dialético, atuando em conjunto com perspectiva de totalidade nas pesquisas e estudos de Serviço Social, tem o potencial de ultrapassar a aparência e a pseudoconcreticidade dos fenômenos, pois, utiliza-se das relações humanas e da historicidade, para desvelar as múltiplas determinações sociais, que os constituem enquanto ser social, enxergando-os assim em sua totalidade. Porém, deve ser levando em consideração a particularidade ontológica de cada fenômeno social e sua diversidade, pois, a razão deve-se debruçar sobre o real e seu movimento histórico. Tornando assim, a pesquisa e a práxis em Serviço Social, não como uma mera produção da razão científica, mas como um modo crítico de reprodução do real.

Após longas leituras, compreendeu-se que a associação entre: materialismo histórico-dialético, perspectiva de totalidade e envelhecimento, são caracteres significativos para a produção científica em Serviço Social. Uma vez que, a compreensão da velhice a partir da ótica crítico-ontológica, faz, de acordo com Campelo e Paiva (2014) com que o (a) profissional ou o (a) pesquisador (a) não mais se perca em teorias que atestassem a favor do capital, já que estas estão fundamentadas em ideologias filantrópicas, tecnicistas e psicopatologizantes, nas quais enxergam o idoso e a idosa, sob o estereótipo da velhice enquanto doença, dignos de pena e insuficientes para a manutenção do modelo econômico neoliberal. Teixeira (2021) afirma que essas teorias são tendências homogeneizantes, que muitas das vezes invisibilizam o real sentido da temática, ao ser a maioria das vezes direcionada para o outro e nunca para si próprio, ou seja, não há porque se aprofundar neste tema, se a velhice não pertence a mim. A autora concorda que não há grandes diferenças, quanto a percepção da velhice no mundo moderno com os dias atuais, para ela, a velhice continua sendo vista enquanto uma fase temerosa.

Ao pesquisar sobre o envelhecimento da população brasileira, notou-se, a partir de Costa e Soares (2018) que essa ideologia se tornou enraizada nos hábitos políticos-culturais da nação, para as mesmas, o envelhecimento não é visto em sua integralidade, pois há uma supervalorização da juventude, e esta deve ser alcançada a qualquer custo, indo de encontro com a construção histórica da imagem do velho e da velha, onde acredita-se que:

A imagem da velhice é incerta, confusa, contraditória. Importante observar que, através dos diversos testemunhos, a palavra “velhice” tem dois sentidos diferentes. E uma certa categoria social, mais ou menos valorizada segundo

as circunstâncias. E, para cada indivíduo, um destino singular – o seu próprio. O primeiro ponto de vista é o dos legisladores, dos moralistas; o segundo, o dos poetas; quase sempre, elas se opõem radicalmente um ao outro. Moralistas e poetas pertencem sempre às classes privilegiadas, e esta é uma das razões que tira de suas palavras uma grande parte de seu valor: eles dizem sempre apenas uma verdade incompleta e, muito frequentemente, mentem. Entretanto, como os poetas são mais espontâneos, são mais sinceros. Os ideólogos forjam concepções da velhice de acordo com os interesses de sua classe. (BEAUVOIR, 2016, p.93)

Posto isto, notou-se então a relevância em debater acerca da heterogeneidade da velhice, e para isso, os autores deste trabalho, recorreram à obra de Campelo e Paiva (2014) onde a mesma afirma que, a velhice, nada mais é do que um resultado de toda bagagem e trajetória de vida que ser social traz consigo, sendo uma condição do desenvolvimento humano, pois, enquanto o indivíduo não morrer, lhe restará envelhecer. Essa interpretação difere-se daquelas que fornecem respostas místicas e até transcendentais acerca da velhice, ao apresentar ideais referentes à autoajuda e até religiosidade. Para a autora ao estudar esse tema deve-se levar em consideração a classe social, a cor/raça/etnia, o gênero e a orientação sexual, partindo de um ponto de vista objetivo-material, a mesma não é vivenciada em estado de igualdade, tampouco com as mesmas características, principalmente em tempos onde a força vital humana é usurpada pelo grande capital.

Portanto a heterogeneidade da velhice, segundo Teixeira (2021) só pode ser entendido através do materialismo histórico-dialético, no qual comprova que na história humana, a chegada da velhice era um privilégio da classe dominante, ora que, para a maioria das pessoas a mesma além de ser temida, poucas das vezes era vivenciada. Para a pesquisadora em tempos atuais a velhice pode ser vivenciada por uma boa parte da humanidade, contudo, a diferença entre as classes sociais fez com que ela fosse vivenciada sob condicionantes econômicos-culturais vulnerabilizantes, sendo cumulativas quando associadas às mulheres, negras, imigrantes e indivíduos LGBTQIA+.

Ao buscar na atualidade, a condição da velhice, encontrou-se em Campelo e Paiva (2014) dados referentes a uma crescente opção pela institucionalização dos idosos e idosas, junto à hiper responsabilização dos familiares, e quando estes não possuem condições objetivas e materiais de mantê-los, recorre-se à sociedade civil e suas práticas filantrópicas, tirando assim a responsabilidade estatal, rompendo com leis constitucionais, já consolidadas e com o próprio estatuto do idoso.

Portanto, constatou-se que a conexão entre envelhecimento humano, perspectiva de totalidade e materialismo histórico-dialético, para Campelo e Paiva (2014) devem nortear a práxis do (a) assistente social, visando encontrar compreender o homem e a mulher que vivenciam a velhice enquanto unidade biopsicossocial, constituintes de um processo histórico, político e social. A estudiosa relata que olhar o (a) idoso (a) dentro dessa perspectiva, é fornecer a eles (as) a potencialidade de criar seus ideais e concretiza-los através das relações sociais. Uma vez que, para Teixeira (2008) envelhecer sob a égide do neoliberalismo é ter seu tempo ceifado pelo trabalho, restando aos idosos e idosas, a submissão das exigências de reprodução de papéis sociais e as políticas que exercem controle social, tentando encaixa-los em moldes, com a finalidade de sustentar uma imagem fantasiosa sobre a velhice, ao torna-los (as) consumidores (as) e mercantilizadores de sua própria existência.

CATEGORIA 2 - MATERIALIZAÇÃO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICIPIO DE FRANCA:

Usamos a análise de categoria enquanto mais uma – das várias usadas nesse trabalho - ferramenta de metodologia para análise de dados enquanto uma pesquisa qualitativa como essa. Sendo a metodologia a metodologia a principal ferramenta para qualquer pesquisa, desta forma delimitando as suas qualidades e trazendo dentro deste os pontos que ocorreram e foram usados dentro desse trabalho.

Desse modo, temos como objetivo no segundo capítulo desse trabalho, fazer a trajetória da política de assistência social, trazendo inicialmente seu início e percurso histórico com os principais acontecimentos, com base documental e histórica, que advém também de toda história e trajetória em torno da profissão de Serviço Social evidenciando a realidade e necessidade do conhecimento sobre as especificidades que existem dentro de nossa constituição: sendo a assistência social um dever do Estado e um direito de todos que vivem sob poder dele, em sequência se aprofunda-se no recorte da política de assistência a população idosa, apontando também as necessidades históricas e objetivas que existiram e existem para que essas políticas acontecessem a essa população e a realidade, recortes individuais e desafios amplos que existem a cada pessoa idosa e suas dificuldades e barreiras pessoais (seja por gênero, etnia, categoria social, entre outras). Sendo este o que vai de encontro com o

Código de Ética Profissional, em que a atuação do Assistente Social está além dos direitos humanos, ele deve ir em conjunto a equidade e justiça social, e por isso a necessidade a necessidade de se evidenciar e discutir essas realidades para exercer de forma consciente seu trabalho e de amparo amplo a qualquer categoria dos usuários de seus serviços, fazendo também parte da cobrança ao Estado a fornecer e arcar com as responsabilidades e necessidades que toda a população tem por direito estabelecido. Em suma, o capítulo existe e se desenvolve em etapas, sendo elas inicialmente o planejamento, seguindo de coleta e sistematização dos dados, afim de analisar e pontuar a realidade do objeto de pesquisa.

A UNATI/UNESP-CF, para atender um dos objetivos específicos do programa da UNATI/UNESP, ou seja “Conhecer e refletir sobre os direitos sociais (Política Nacional do idoso (PNI), Estatuto do idoso, Política Nacional de Assistência Social, entre outras), o programa da UNATI oferece a disciplina: envelhecimento e velhice numa perspectiva de totalidade, que propicia conhecer a luta e a conquistas dos direitos, visando a participação política da pessoa idosa, na luta e resistência ao ataque aos direitos sociais pela ofensiva neoliberal.

Nesta disciplina, são apresentados os serviços socioassistenciais do município de Franca para a população idosa francana – e até mesmo suas famílias, que são fornecidas e/ou aparadas pela Prefeitura Municipal:

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Franca:

- **CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social)**, existe 03 (três) unidades;
- **Proteção Social Especial:** organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do trabalho social ofertado, a atenção na Proteção Social Especial organiza-se sob dois níveis de complexidade:
- **Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade:** sendo CREAS I – Centro de Referência Especializado da Assistência Social Território de Abrangência: Regiões Leste, Sul e Centro; CREAS II - Centro de Referência Especializado da Assistência Social Território de Abrangência : Regiões Norte e Oeste; CREAS III POP RUA – Centro

Especializado para Pessoas em Situação de Rua; e 05 (cinco) unidades de CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), denominado também pelo site da prefeitura municipal de Franca enquanto: **“Público atendido:** Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS.

Principais ações ofertadas: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - **PAIF:** acolhida coletiva e particularizada, ação particularizada, oficinas com famílias, acompanhamento familiar grupal e particularizado, ações comunitárias. Ações de referência para os serviços socioassistenciais e de gestão territorial.

Formas de acesso: Demanda espontânea e encaminhamento de diversos órgãos e setores, sendo estes CRAS – Centro, CRAS – Leste, CRAS – Norte, CRAS – Oeste e CRAS – Sul, que assim como CREAS, cada unidade abrange um território/bairro do município. Referindo-se a estes como parte da rede socioassistencial do município de Franca, sendo essa e outras redes que serão citadas, como forma de evidenciar e exemplificar as que também foram citadas no decorrer do capítulo II como necessidades e direitos de atendimentos e recursos para a população como políticas públicas e políticas de assistência, etc.- juntamente se encontra o oferecimento primordial dentro dessas unidades o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é constituído por serviços, programas, projetos e benefícios que são prestados diretamente a população e que são distribuídos pelo poder público ou por rede privada (que advém de organizações sem fins lucrativos e de acordo com os níveis de complexidade estabelecidos na Proteção Social Básica e Especial.

Além dos serviços como a PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e **PAEFI** (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos) que são ofertados exclusivamente pelo poder público, assim como o outro serviço oferecido: **o Serviço de Acolhimento Institucional “Família Acolhedora”**, enquanto os demais serviços socioassistenciais do município são majoritariamente executados pela rede privada. (Franca, 2020)

Ainda de acordo com dados de Franca, atualmente existem 42 serviços socioassistenciais que possuem o termo de Colaboração com o município, totalizando 20 organizações sociais executoras, ainda no município também há 21 organizações sociais inscritas no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) onde 06 (seis) não são cofinanciadas, 01 (um) programa e 01 (uma) organização assessoramento. Onde eles dizem, nesse edital do Plano Municipal de Assistência Social de Franca de

2020 que: “esses parâmetros normativos estão para contribuir para o rompimento da visão socialista da política pública, na mesma medida que se ressignifica o trabalho profissional” (sendo essa fala do documento, um grande apontamento e mais uma evidência da problemática de a visão ideológica que cada vez mais cresce dentro do sistema neoliberal, dificultando as atividades das políticas públicas). (Franca 2020).

Seguindo os Serviços os serviços cofinanciados pela Política de Assistência Social no município de Franca temos a listagem:

- **Abrigo Institucional:** Instituição Espirita Legionárias do Bem e Casa Lar – Instituto José Edison Paula Marques (IJEPAM) ambos enquanto serviço de acolhimento de crianças e adolescentes;
- **Abrigos Institucionais para Idosos (ILPI):** Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, Departamento de Promoção Vicentina – Lar São Vicente de Paula, FEJI – Lar de Ofélia – COLETIVOS 6 1, 2 e 3, Instituição Espirita Nosso Lar – Lar Dona Leonor; Abrigos para Mulheres em situação de violência: - Casa São Camilo de Lellis (de janeiro a junho/20) e - ADEFI (início em julho/20);
- **Centro de Convivência do Idoso:** Templo Espirita Vicente de Paulo – Avelina, Lions Franca Sobral; coletivo norte e Fundação Judas Iscariotes – coletivos leste e centro; enquanto PSB no Domicílio – PCD e Idosos: ADEFI – Col. I (Norte/Oeste) e Col. II (Centro/Sul/Leste) (ambos a domicilio do usuário); enquanto PSE para Pessoas com Deficiência, Idosas e seus familiares: São Camilo (a domicilio do usuário), APAE (17 coletivos) e Caminhar (04 coletivos) (ambos como unidade referenciada).

Além do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Franca – COMUPI, instituído pela Lei Municipal nº 8.482 de janeiro de 2017, tem caráter apartidário, constituiu-se como instancia Colegiada Temática Permanente, de caráter deliberativo, consultivo, propositivo, vinculado à estrutura do Órgão Gestor da Assistência Social do município; de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, visando assegurar os direitos das Pessoas Idosas. (Franca, 2020). A UNATI possui representantes neste órgão, desde sua criação. Na atualidade temos a coordenadora e vice coordenadora como membros efetivos, e representantes dos unatianos temos dois membros, uma como secretaria do COMUPI. E importante destacar que a UNATI incentiva a participação nestes órgãos, pois entende que a participação política dos unatianos no COMUPI, “permitem que a cidadania seja um direito pertencente ao cotidiano dos sujeitos sociais, visando à construção da emancipação política, com vistas a uma

sociedade mais humana, calcada nos pilares da emancipação humana”. (SOARES, FARINELLI, LIPORINI, 2017, p. 190).

Destacar essas unidades e serviços do município, como já dito, evidencia uma das muitas características do objeto dessa pesquisa, pois mostra em realidade e dados a existência das evoluções e conquistas que ocorreram nas PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e as tornaram o que são hoje, confirmando e esparecendo as necessidades que existem dentro da sociedade civil e a demanda pela qual o Estado deve responder. Deve-se ser lembrado e pontuado também a extrema necessidade desmitificar as amarras que advém do sistema capitalista neoliberal que culpabiliza sua população e marginaliza os que ele mesmo exclui e desampara, sendo o primordial o conhecimento de seus direitos e leis de sua realidade como cidadão para lutar e manter seus direitos que com muitas lutas foram conquistados.

CATEGORIA 3 - UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE, CAMPUS DE FRANCA; AVANÇOS E DESAFIOS NA PANDEMIA OCACIONADA PELA COVID-19

Esta categoria tem como intuito compreender a historicidade da Universidade Aberta a Terceira Idade do campus de Franca - SP, e como a mesma funcionou antes e pós-pandemia ocasionado pelo vírus COVID-19, a partir de conceitos centrais, presentes no referencial bibliográfico-documental coletado, a fim de fortalecer a pesquisa em Serviço Social, a práxis profissional e tudo aquilo que se volta para a temática: envelhecimento, políticas sociais, vulnerabilidade humana e situação de calamidade pública.

Posto isto, os autores recorreram a Soares e Di Gianni (2008) com o objetivo de visualizar a UNATI enquanto um todo, pois, para as autoras, a preocupação com o envelhecimento populacional surge no pós-segunda guerra, surgindo nos Estados Unidos e na França, as primeiras universidades voltadas ao público idoso, contudo, esses idosos não possuíam direitos a certificados, nem a contagem de créditos referentes a cursos superiores. Em nosso país a preocupação com o processo educativo voltado ao público idoso é bem recente, surgindo de acordo com Cachione (2012) em 1982 o Núcleo de Estudo da Terceira Idade (NETI), na Universidade Federal de Santa Catarina e em agosto de 1990 é inaugurada a primeira UNATI pela

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, organizada por todo coletivo do curso de Serviço Social.

Em Franca, no entanto, a UNATI a partir de Soares e Di Giani (2008) surge também pela luta da equipe de serviço social, junto da exigência da população idosa local, tendo as relações sociais, a cidadania e a efetivação dos direitos sociais, enquanto pauta inaugural. Como o programa foi bem-sucedido o mesmo foi consolidado em agosto de 1996. Para as autoras as oficinas desenvolvidas pela UNATI – Franca, serviram como medida de suporte para a população idosa de Franca e região, e também contribuiu com a formação acadêmica e profissional dos alunos, ao estar regulamentada enquanto extensão universitária. Desde sua consolidação, o papel da UNATI é o de criar oportunidades e retorno do convívio social do idoso e da idosa, a partir de uma interação dialética, interdisciplinar e emancipatória.

Atualmente a UNATI, encontra-se vinculada com a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp, sendo composta por uma secretária, três professoras do curso de serviço social, quatro professores voluntários para a aplicação das oficinas e alunos/estagiários. As oficinas presentes no programa são: musicoterapia, autoconhecimento, filosofia, biodança, yoga, envelhecimento e velhice numa perspectiva de totalidade e debates sobre direitos humanos. E os (as) alunos (as) são majoritariamente mulheres, com idade entre 45 a 90 anos e atualmente aposentadas, sendo um dado relevante a se analisar, pois, a ausência de homens neste espaço reflete a cultura machista, onde atividades de sociabilização e educação é antagônica ao aspecto imaginário da virilidade, já que homens não podem compartilhar os mesmos espaços que mulheres em seu momento de lazer, esta dicotomia de gênero faz o homem se isolar em bares e praças.

Porém, com a chegada do Coronavírus no Brasil, medidas tiveram que ser tomadas para a proteção da população, principalmente para aqueles que se encontram na velhice. Reinach (2020) afirma que cumprir as medidas de combate ao vírus é acreditar no contrato social, já que este vírus chegou de maneira sorrateira ao país, sem previsão e sem data exata, contudo, o primeiro caso fora notificado no dia 25 de fevereiro de 2020 e a primeira morte ocorreu em 17 de março do mesmo ano, ou seja, três meses após seu surgimento na China, no qual teve seu primeiro registro dia 1 de dezembro de 2019. Concernente a manifestação do vírus ao mundo o autor descreve que:

Em Wuhan, na China, logo antes do ano novo chinês, quando parte da população viaja para passar os longos feriados com os parentes. O pulo foi dado em novembro ou dezembro de 2019. O vírus se espalhou de pulmão em pulmão e, desenhado para ter uma longa incubação e a capacidade de infectar outras pessoas mesmo antes de alguém saber que está doente, teve sucesso. Nada como uma operação bem planejada. Quando os chineses perceberam era tarde, os casos chegavam a centenas, as mortes estavam ocorrendo e milhões de pessoas já haviam saído de Wuhan levando o vírus para toda a China. Sem poder identificar quem tivera contato com quem, as autoridades decidiram colocar Wuhan e outras cidades da província em quarentena. Quase 60 milhões de pessoas trancadas em casa. Mas isso não impediu que o Coronavírus se espalhasse. Quando o resto do mundo se deu conta do problema, havia pouco a se fazer; os casos começaram a pipocar em outros países e a solução foi toda a China entrar em quarentena. Fronteiras foram fechadas, companhias aéreas cancelaram voos, países evacuaram seus cidadãos. (REINACH, 2020, p.73)

Sant'Ana, Bravo e Martinelli (2021) consentem que a pandemia provocada pela COVID-19 matou quase 600.000 no Brasil, uma doença, segundo as autoras, que deixa sequelas não só biológicas, mas também econômico-sociais. Para elas o adoecimento da massa ocorre através do genocídio contínuo movido pela lógica neoliberal e pela intensificação da expulsão do trabalhador do mundo de trabalho, gerando os arquétipos da vulnerabilidade social, como por exemplo: a fome, a miséria, a violência doméstica, a insalubridade, entre outros. Consequentemente agravou-se ainda mais o processo de envelhecimento no país, pois esse, vem sofrendo desde 2016 as consequências do desmonte do sistema de proteção social e o desfinanciamento das políticas públicas e sociais, deixando-os à mercê de instituições organizadas pela sociedade civil, norteadas por diretrizes filantrópicas e caritativas.

O atual representante de Estado, de acordo com Reinach (2020) parece desejar a propagação do vírus, ao usar os meios de comunicação para expor desinformações e assuntos que banalizassem a quarentena, criando assim hipóteses medicinais, forçando o mercado e seus ministros a seguirem seus ideais. Diferentemente de alguns representantes políticos, o autor afirma que só há duas formas de combater o Coronavírus, o isolamento social e a quarentena, contudo, deve-se levar em consideração que somos animais sociais, acostumados a viver em grupos e interagir com os demais, e esse isolamento gera diversos impactos, tais como: depressão, perdas financeiras, estresse, mal humor, irritabilidade, insônia e exaustão emocional, entre outros.

Essas medidas de combate ao vírus, também afetaram as realizações de atividades sociais desenvolvidas pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

(Unesp campus de Franca), sendo a UNATI uma delas. Contudo, a equipe da extensão não desanimou, sabendo o quanto os (as) idosos (as) foram os que mais sofreram com a pandemia, viu-se a necessidade de adaptação do programa para uma via virtual e remota. Mesmo que o curso de Serviço Social da presente instituição se posicione contrário a atividades remotas, discussões foram geradas, pois, o corpo docente possui a convicção de que o isolamento social do idoso e da idosa, poderiam trazer consequências drásticas a saúde dos mesmos, negar-lhes a convivência mesmo que de forma remota ou virtual é ir contra os direitos humanos, a consolidação da cidadania e das relações sociais, omitindo-se dos princípios fundamentais presentes no código de ética profissional.

Portanto, num primeiro instante, foram realizadas orientações virtuais com toda a equipe que compõe a UNATI, com a intenção de levantar os temas e discussões que ressaltassem as necessidades dos (as) idosos (as) frente as medidas preventivas adotadas pelo combate a COVID-19. Utilizou-se então dos grupos de WhatsApp para a coleta de informações, sendo assim, os (as) alunos (as) afirmaram possuir meios de participar dos encontros semanais e suas principais queixas foram: a falta das relações sociais, o tédio, a tristeza de estar vivendo em um período pandêmico e a solidão instaurada pela quarentena.

Isto posto, iniciou-se em 2020 duas oficinas semanais: autoconhecimento e educação física, ambas ocorreram pelo aplicativo Google Meet, tendo em média duas horas de duração, administradas por uma professora voluntária e dois estagiários supervisionados pela diretora da UNATI. Pode-se dizer que essas oficinas obtiveram bastante êxito, ao notar o número de participantes, sendo contabilizados de 35 a 45 alunos em cada encontro. E com a aprovação dos idosos e idosas, em 2021 fora implementada no plano de ensino a oficina de musicoterapia.

Portanto, a estratégia de proceder com a UNATI de forma remota, possibilitou melhoria na interação social dos (as) idosos (as) na pandemia, uma vez que, a equipe multidisciplinar que compõe esta extensão universitária, visava em suas oficinas e reuniões, o resgate da dignidade e da autonomia, através da reflexão e da vivência, informações sobre a pandemia e sobre o acesso aos direitos sociais da população idosa, mesmo que virtualmente, utilizando-se da dialética e da compreensão biopsicossocial da velhice, mas numa visão da gerontologia social crítica, mostrando que não é todo homogêneo, e sim marcado pelas desigualdades sociais de classe,

gênero, raça, etnia, regionais, dentre outras. Proporcionando reflexões sobre os princípios da participação política e promoção dos direitos sociais, visando um envelhecimento digno e ativo, devolvendo-lhes a voz que outrora foi tirada pelo mundo do trabalho e agora se encontra vulnerabilizada pelo modelo neoliberal e pelo vírus COVID-19.

Mesmo com aula remotas, o programa procurou manter a educação numa perspectiva emancipatória, mostrando que este sistema capitalista possui estruturas geradoras de desigualdades e de preconceitos que nos inviabilizam a viver com dignidade, com qualidade de vida, de forma ativa e participativa. E também incentivando o segmento a lutar e resistir diante dos ataques aos direitos conquistados ao longo da história, pela ofensiva neoliberal, e vislumbrar possibilidades de concretização de direitos. Entretanto, para a valorização do(a) trabalhador(a), e sua completa emancipação seria necessária uma outra ordem social, que vise uma vida digna e plena de humanidade, no nascer ao envelhecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As reflexões abordadas neste trabalho de conclusão de curso, nos permitiram o desvelar crítico do objeto deste estudo, ou seja, o programa da UNATI-Campus de Franca, atuando no período pandêmico, ocasionado pela Coronavírus, proporcionou integração e relações aos alunos e alunas do programa através da via virtual. Mesmo tendo plena consciência de que a via presencial é a forma mais adequada de construir pontes e relações, os colaboradores do programa, não poderiam se ausentar das responsabilidades e das intenções do próprio programa, para com essa parcela da população, ora já vulnerabilizada, tanto pelo vírus, quanto pela construção histórica da velhice.

As contribuições sociais deste estudo foram: a conscientização acerca do envelhecimento humano, dentro do processo histórico e de como uma equipe pode se manter atuante frente a uma ameaça neoliberal e seus cortes, interligado a um período letal ocasionado pelo Coronavírus. Neste sentido, a adoção do materialismo histórico-dialético nos permitiu compreender qual papel que o idoso e a idosa exerceram na história humana e na própria conjuntura brasileira, deixando nítido que em um país, onde a economia é totalmente dependente, a chegada a velhice pode ser considerada uma conquista, e esta por sua vez deveria ser interpretada por pesquisadores (as) e estudiosos (as) através de uma ótica crítica, biopsicossocial e heterogenia, já que a mesma possui, cor, raça, gênero, classe e orientação sexuais.

Posto isto, o programa da UNATI, contribuiu para a sociedade neste período pandêmico, na medida, em que utilizou seu espaço (mesmo que virtualmente) para propor reflexões, articular conceitos e teorias, sobre o envelhecimento humano a partir de uma perspectiva emancipatória proposta por Paulo Freire, rompendo assim com a homogeneização a-histórica arraigada ao processo de envelhecimento e a população idosa. Pois, cada vez mais o conceito de humanidade e de relações sociais, vão diminuindo, em detrimento da perpetuação da ideologia capitalista e seu lucro.

Na UNATI, o idoso e a idosa, deixa de ser só mais um número e passa a ter voz, isso se dá através de sua atuação constante propostas pelas oficinas e pelo próprio cotidiano. Mesmo que realizada de forma extraordinariamente remota por conta de condições emergências, concluímos que as atividades geraram maior sociabilização e integração entre os (as) idosos (as), mas sobretudo, também problematizou as estruturas geradoras de desigualdades e preconceitos contra a população idosa, embasado no projeto ético-político da profissão, que visa romper

com padrões discriminatórios e avançar para uma sociabilidade em que os diferentes sujeitos convivam numa sociedade sem opressão de classe, raça/etnia, gênero e todos os tipos de preconceitos.

Contudo, as limitações deste estudo foram situadas na falta de entrevista e de coleta de relatos advindos dos (as) próprios (as) alunos frequentadores da UNATI, os autores tiveram que optar pela pesquisa bibliográfica e documental, pois, verificou-se que para os (as) idosos (as) o acesso as plataformas muitas das vezes se tornava complexo, o próprio acesso as plataformas virtuais como o Google Meet (onde aconteciam os encontros) apresentavam contratemplos, e coletar dados através de conversas informais via WhatsApp, na perspectiva dos autores deixaria a pesquisa um tanto quanto confusa. Nesta lógica a melhor opção seria a realização pela via presencial, por poder utilizar de ferramentas como: gravadores, questionários, entrevistas e o próprio contato humano, porém isso ficará para um projeto de pós-graduação no futuro.

Para finalizar, podemos inferir que, mesmo com aulas remotas, o programa procurou manter sua pedagogia numa perspectiva emancipatória, mostrando que atual conjuntura econômica brasileira possui estruturas geradoras de desigualdades e de preconceitos que nos inviabilizam a viver com dignidade, com qualidade de vida, de forma ativa e participativa. E assim incentivar o segmento idoso a lutar e resistir diante aos ataques dos direitos conquistados ao longo da história, pela ofensiva neoliberal, e vislumbrar uma possibilidade de concretização de direitos, em consonância com o Projeto ético-político da profissão, pautado no princípio da liberdade como valor ético central, na defesa intransigente dos direitos humanos, equidade e justiça social, em defesa da classe trabalhadora, de uma nova sociedade sem exploração de classe, dominação, etnia e gênero. Posto isto, com esta investigação esperamos contribuir com formação em Serviço Social, com as discussões da gerontologia social crítica, com os programas que atendem a população idosa, mostrando assim importância de se debater acerca do envelhecimento humano na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS:

___ Prefeitura Municipal de Franca – São Paulo. **Plano Municipal Assistência Social – 2020.** FRANCA – SP, 2020. Disponível em <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=9553:plano-municipal-assistencia-social-2020&Itemid=2221>. Acesso em setembro de 2021.

ALMEIDA, S, A, P; OLIVEIRA, R, D, C, S. Envelhecimento digno: inserção da mulher na Universidade Aberta para Terceira Idade. **Revista Kairós: Gerontologia**, vol.16 n.3, p. 309-323, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/18996>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

ARAÚJO, L, F; LUCENA, V, Â, M. Aspectos sócio-históricos e psicológicos da velhice. **Mneme-revista de humanidades**, v. 6, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/278>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

BARBOSA, M, C. **Planejamento e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BERZINS, M, A, V, S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 19-35, 2003.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/52535193/Constituicao_e_o_Supremo_-_Versao_Completa___STF_-_Supremo_Tribunal_Federall.pdf> Acesso em: 14 de abril de 2021.

BRASIL. **Guia de Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal – compromisso nacional para o envelhecimento ativo**. Neusa Pivatto Müller (Org.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015b. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/1436207288_Guia_de_politicas_publicas_2015.pdf>. Acesso em abril de 2021.

BRASIL. Lei 8.662/93- Lei Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm> Acesso em abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993. Dispõe sobre a assistência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso Abril de 2021.

BRASIL. Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em abril de 2021.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf>. Acesso em junho de 2021.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em junho 2021.

BRASIL. Plano Mais Brasil. PPA 2012-2015: Agendas transversais — monitoramento participativo. **Pessoa idosa, ano base 2012**. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/SPI. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-1/arquivos/170331_SumrioExecutivo_AnoBase2013.pdf> . Acesso em junho 2021.

BRASIL. **Relatório de Auditoria de Natureza Operacional**. Programa Valorização e Saúde do idoso. Brasília: TCU, 2001. Disponível em: <

<https://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/341158153/relatorio-de-monitoramento-rmon-1308220011>>. Acesso em julho de 2021.

BRASIL. **Relatório de Levantamento**. Brasília: TCU, TC 011.248/2014. Disponível em: <http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/011.248-2014-9%20Fisc%20Assistencia%20Social.pdf>. Acesso em abril de 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República. Carta de São José sobre os direitos dos idosos da América Latina e Caribe. Brasília, 2013b. p. 507-519.

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 15, n.14, p. 1-8, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/viewFile/15225/11354>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

CAMARANO, A, A; PASINATO, M, T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* IPEA, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5476> Acesso em: 20 de maio de 2020.

CAMPELO E PAIVA, S, O. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, vol.1, p. 303, 2014.

CAMPOS, C, J, G. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, p. 611-614, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 04 outubro de 2021.

CAPUCHA, L. Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 74, p. 113-131, fev. 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/1479>> Acesso em: 20 de maio de 2021.

CARLOMAGNO, M, C; ROCHA, L, C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, p. 173-188, 2016. Disponível em

<<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>>. Acesso em 04 outubro de 2021.

CARVALHO, M, C, B. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, ano XXVII, n. 87, set. Curitiba: Cortez, 2006.

CARVALHO, M, C, B, et al. **Programas e serviços de proteção e inclusão social dos idosos**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

CAVALCANTE, P; CARVALHO, R, N; MEDEIROS, K, T. Intersetorialidade, políticas sociais e velhice no Brasil: entre a falácia e a efetivação do direito social. **Polêm!ca**, v. 11, n. 4, p. 628-634, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/4330>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

COSTA, D, G, S; SOARES, N. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital. **Serviço Social & Realidade**, v. 25, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2519> >. Acesso em: 15 de janeiro de 2021

COSTA, J, S; SOARES, N; POLTRONIERI, C, F. (2013). Projeto de extensão universitária: a universidade aberta a terceira idade do campus de Franca/SP. In **Congresso de Extensão Universitária**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), p. 09494, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/147015>>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

Daniel, F; Antunes, A; Amaral, I. Representações sociais da velhice. **Análise Psicológica**, v.33 n. 3, p. 291-301, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/972>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

DÁTILO, G. M. P. A. et al. Envelhecimento e ser idoso: representações de idosos que frequentam a Universidade Aberta da Terceira Idade Unati-Marília. **Envelhecimento humano: diferentes olhares. Marília: Oficina Universitária**, p. 45-67, 2015.

DEL-MASSO, M, C, S. Envelhecimento Humano e Qualidade de Vida: Responsabilidade da Universidade neste século XXI. **QUALIDADE DE VIDA**, p. 27,

2009. Disponível em: <https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/evolucao_completo.pdf#page=27>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

ESCOBAR, K, A, A; MOURA, F, A. Análise de políticas sociais para idosos no Brasil: um estudo bibliográfico. **Cadernos UniFOA**, v. 11, n. 30, p. 47-55, 2016. Disponível em: <<http://moodlead.unifoa.edu.br/revistas/index.php/cadernos/article/view/376>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

FORD, J, V. O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória. **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 52-69, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282019000100052&script=sci_arttext> Acesso em: 25 de maio de 2020.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GOMES, R. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

GONÇALVES, L, C; SOARES, N. OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS NO BRASIL. In: CANELA, K. C., & SOARES, N. **A PESSOA IDOSA EM FRANCA: DIÁLOGOS ENTRE SABERES E PRÁTICAS**. Franca, p. 27-49, 2013. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Administracao/UnidadeauxiliarCentroJuridicoSocial/ebook-a-pessoa-idosa-em-franca.pdf>>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

GROISMAN, D. A velhice, entre o normal e o patológico. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v.9 n.1, p. 61-78, 2002. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702002000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

GONZALEZ, C, A, G. **Envelhecimento demográfico e mudanças na transição à velhice entre brasileiros de distintas gerações**. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2014. Disponível em:<https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_4a9cf84b1bcc02a0030dd2a67b63a609>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, vol. 22, n. 2, p. 201-210, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>> Acesso em: 14 de setembro de 2020.

HADDAD, E, G, M. Notas sobre a história dos direitos da velhice no Brasil. **Prisma Jurídico**, v. 2, p. 107-120, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/533>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

HADDAD, E, G, M. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M, V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, v. 2, n. 3, p. 09-32, 2001.

IAMAMOTO, M, V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez. 1998.

IAMAMOTO, M, V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M, V. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. XXX Encontro Nacional do CFESS/CRESS. Belo Horizonte, 2001.

IAMAMOTO, M, V. **Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

KONDER, L. **A derrota da dialética: a recepção das ideais de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro, Campus, 1988

LIMA, T, C, S; MIOTO, R, C, T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>> Acesso em 01 de junho de 2021.

LIMA, T, C, S; MIOTO, R, C, T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

MARTINELLI, M, L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**, 10. ed., São Paulo: Difel, 1985.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1969.

MEDEIROS, S, D, A, R; FEIJÓ, M, D, C, C. A sociedade histórica dos velhos e a conquista de direitos de cidadania. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 14, n. 1, p. 109-123, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/6930>> Acesso em: 20 de maio de 2020

MENDES, R, M; MISKULIN, R, G, S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, p. 1044-1066, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/?lang=pt>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

MINAYO M, C, S; DESLANDES S, F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. In: MINAYO, M, C. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

Miranda, G, M, D., Mendes, A, D, C, G; Silva, A, L, A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

NETTO, J, P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992

NETTO, J, P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J, P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J, P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J, P; Carvalho, M, C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J.P. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

OLIVEIRA, G, S. **Velhice e Cidadania: Um Estudo Sobre os Centros de convivência de Idosos**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9981>>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, S, C, F; SANTOS, G, L, G. Construção sócio-histórica e midiática da velhice. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 6, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/download/169/823>> Acesso em:25 de maio de 2020

PAULA, M, F. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 262-280, 2016. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282016000200262&script=sci_art_text>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

POLTRONIERI, C, F. SOCIABILIDADE DO IDOSO: UNATI COMO UMA ALTERNATIVA. **Serviço Social & Realidade**, v. 20, n. 2, 2018.

Reinach, F. A chegada do novo coronavírus no Brasil. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANT'ANA, R, S, et al. Expressões contemporâneas da crise estrutural da produção capitalista e seus rebatimentos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 357-365, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/CRYpcdFLPdKYn5JPzy5ckVR/?format=html&stop=previous&lang=pt>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

SEVERINO, A, J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, J, F, S. Perspectiva de totalidade e Serviço Social. **PRAIAVERMELHA**, v. 22290, p. 69. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/65941696/Do_Congresso_da_Virada_ao_projeto_etico.pdf#page=69>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, ciências, saúde- Manguinhos**, v. 15, p. 155-168, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/kM6LLdqGLtgqpggJT5hQRCy/?format=pdf&lang=en>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

SILVA, M, G. Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, M, O, S. O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 44, p. 77-113, dez. 1993.

SILVA, M, O, S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, N. DI GIANI, V, M, P. **UNATI/FRANCA: construindo cidadania na era do envelhecimento**. Franca: UNESP, 2008.

SOARES, N; FARINELLI, M, R; LIPORONI, A, A, R, C. Conselho de direito: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores. In. COSTA, J, S; DEL MASSO, M, C, S; SOARES, N; CAMPELO E PAIVA, S, O.(org.) Aproximações e ensaios sobre a velhice. UNESP: Franca, 2017.

SOUZA, L, C. Política de Assistência Social e Envelhecimento Humano: dos centros de convivência de idoso aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas. Curitiba: CRV, ed.1, p.222, 2016.

TEIXEIRA, S, M (org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: <https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2021.

TEIXEIRA, S, M. Envelhecimento do trabalhador em tendencias das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v.1.n.1, p. 63-77, 2009. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13>> Acesso em: 02 de junho de 2021

Teixeira, S, M. (2003). Envelhecimento na agenda pública brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, v.7, n.1, p.113-136, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3733>> Acesso em: 03 de junho de 2020

TEIXEIRA, S, M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, p. 63-77, 2009. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2020.

TEIXEIRA, S, M. Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 447-466, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZKybzNjxNnSWSHnL7F6BwXG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

TEIXEIRA, S, M. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 135-154, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000100135&tlng=pt>. Acesso 02 de fevereiro de 2021.

TEIXEIRA, S, M. Serviço Social e envelhecimento: perspectiva e tendencias na abordagem da temática. In: COSTA, J.S.; DEL MASSO, M.C.S.; SOARES, N.; CAMPELO E PAIVA, S. DE O. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: UNESP-FCHS; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, v.1, p. 326, 2008.